



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

SETEMBRO

2009

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 28/08/2009 – EXPEDIÇÃO: 30/08/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 638/625 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 35

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Regulamento Geral da Corregedoria –
Aprovação.....637
- **STF:** Cópias de peças processuais –
Alteração da Resolução 402/2009.....637
- **STF:** Prioridade na tramitação de processos –
Idosos e portadores de doença grave.....637
- **TJ-RJ:** Atos extrajudiciais – Normas para
concessão de gratuidade de justiça636
- **TJ-RJ:** GRERJ Eletrônica – Obrigatoriedade
nos serviços extrajudiciais privatizados636
- **TRF-2ª R.:** Interposição de agravo regimental –
Alteração no Regimento Interno da TRU635

ATOS DO LEGISLATIVO

- Celeridade processual: Ações penais no STJ e
STF – Instrução por magistrados convocados.....635

DOCTRINAS

- A amarga necessidade de se desculpar –
Francisco César Pinheiro Rodrigues.....634
- A paternidade que não veio –
Maria Berenice Dias633
- O estupro e o seu novo contorno jurídico
dado pela Lei 12.015/2009 – Crime de
ação múltipla – *Novatio legis in melius* –
Cezar Augusto Rodrigues Costa.....632

ESTUDO DE CASOS

- Escuta telefônica – Transcrição parcial
do conteúdo – Possibilidade.....631
- Inventário – Dispensa de colação –
Referência expressa – Imprescindibilidade630

NOTICIÁRIO

- **Destaques da semana**628
- Il Pacto Republicano: Judiciário mais acessível,
ágil e efetivo
- Esgoto: falta de tratamento impede cobrança de
tarifa
- Lei Maria da Penha: STJ considera tema de recur-
so repetitivo
- Nestlé/Garoto: ato de concentração terá novo
julgamento
- PDV “compulsório”: empregado será reintegra-
do após adesão
- Quebra de sigilo bancário: STF arquivou denúncia
contra Palocci
- *Softwares* piratas: STJ mantém indenização em
favor da Microsoft

- **Projetos de lei**627
- Câmara aprova o Estatuto da Igreja Católica
- Nova regulamentação da profissão de pedagogo
- Pena para crime de ameaça poderá ser agravada
- Registro civil eletrônico de pessoa jurídica
- Regulamentação ao direito à liberdade religiosa
- **Concursos públicos**626

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 24-8 a 28-8-2009.....625

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 28/08/2009 – EXPEDIÇÃO: 30/08/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 560/545 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 35

TEMAS EM DESTAQUE

Processo Civil

Custas

- Despesas com tradutor juramentado não se incluem entre aquelas que à parte vencida incumbe pagar.

Segredo de justiça

- Admite-se o processamento em segredo de justiça de ações cuja discussão envolva informações comerciais de caráter confidencial e estratégico.

Civil e Comercial

Dívida

- O pagamento feito a terceiro é válido quando comprovado que reverteu em proveito do credor.

Transporte de carga

- A responsabilidade objetiva do transportador não se reveste de caráter absoluto, cedendo face à comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior.

Penal e Processo

Habeas corpus

- Não obstante não seja exigida capacidade postulatória para determinados atos processuais na esfera penal, tal possibilidade não se estende à defesa do réu na ação penal.

Sentença

- Quando o juiz decreta a extinção da punibilidade com base em certidão de óbito de pessoa diversa do réu não comete erro material.

Trabalho e Previdência Social

Estabilidade provisória

- O empregado que se aposenta espontaneamente abre mão da estabilidade no emprego.

Sucessão

- Não há qualquer impedimento para a declaração da sucessão trabalhista na hipótese de recuperação judicial.

Constitucional e Administrativo

Desapropriação

- A imissão provisória na posse do imóvel deve ser precedida de depósito do valor que se aproxime, o mais possível, do valor real do bem.

Trânsito

- As multas de trânsito lavradas no âmbito do município a ele pertencem, como receita, o que configura sua legitimidade em ação anulatória.

Tributário

Imunidade tributária

- Indevida é a incidência de IPTU sobre imóvel de propriedade de entidade sindical, porque beneficiária da imunidade tributária constitucional.

Substituição tributária

- A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 04/09/2009 – EXPEDIÇÃO: 06/09/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 656/639 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 36

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Tributos e Contribuições federais:
Depósitos judiciais e extrajudiciais –
Transferência para a CEF655

ATOS DO JUDICIÁRIO

- STJ: Jurisprudência dominante –
Novas súmulas655
- TJ-RJ: Enunciados Criminais654
- TJ-RJ: Enunciados Cíveis654

ATOS INSTITUCIONAIS

- ANVISA: Cigarro eletrônico – Proibição na
comercialização, importação e propaganda653

DOCTRINAS

- Exame da prova testemunhal diretamente
pelas partes e sua aplicação no Direito Processual
Civil – Alterações no Código de Processo Penal
decorrentes da Lei nº 11.690/2008 –
Alexandre Lima de Almeida652
- O prestígio da concubina –
José Carlos Teixeira Giorgis651
- Avanços Tecnológicos – Acesso ao Judiciário
e outros temas – **Francisco Rossal de Araujo**650

ESTUDO DE CASOS

- DPVAT – Legitimidade ativa646
- Princípio da insignificância – Crimes de
descaminho – Aplicabilidade645

NOTICIÁRIO

Destaques da semana642

- Adoção: TST reafirma direito à licença de 120
dias para mãe
- Competência: por maioria, TST cancela Súmu-
la 106
- Concurso público: gagueira não é considerada
deficiência
- Devedor contumaz: Justiça nega indenização
por danos morais
- Perda Suprema: morre ministro Carlos Alberto
Menezes de Direito
- Plano de saúde: sessões de quimioterapia não
podem ser limitadas
- Preço vil: STJ anula arrematação de imóvel em
hasta pública
- Rastreamento eletrônico de apenados: Sérgio
Cabral sanciona Lei
- Renovação de cadastro: Justiça declara nula tarifi-
ca de Banco
- Simples: empresa é isenta da retenção de contri-
buição

Projetos de lei640

- Administração Pública poderá responder por
encargos trabalhistas de empresas terceiriza-
das
- Criação de unidades do Procon em aeroportos
- Desconto de imposto de renda para plano de sa-
úde de empregado doméstico
- Pedido de divórcio poderá ser feito pela internet
- Regras para interposição da ação direta de in-
constitucionalidade por omissão

Concursos públicos639

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 04/09/2009 – EXPEDIÇÃO: 06/09/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 576/561 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 36

TEMAS EM DESTAQUE

Processo Civil

Ação civil pública

• A notificação do réu é condição de procedibilidade da ação civil pública por atos de improbidade administrativa.

Honorários de advogado

• Cabe a condenação em honorários advocatícios na execução fundada em título judicial ou extrajudicial, embargada ou não.

Civil e Comercial

Banco

• Não é lícito ao banco valer-se do salário do correntista, que lhe é confiado em depósito, pelo empregador, para cobrir saldo devedor de conta corrente.

Inventário

• A ausência de condições econômicas para custear os impostos do inventário não é causa para ensejar a remoção do inventariante.

Penal e Processo

Entorpecente

• Enquadrando-se a conduta no núcleo importar, é de se pressupor que a ação delituosa tenha se perfectibilizada com a simples entrada do entorpecente no território nacional.

Sonegação fiscal

• O pagamento regular de parcelamento de débito tributário oriundo de sonegação fiscal impõe a suspensão da ação penal.

Trabalho e Previdência Social

Pensão por morte

• A condição de segurado do *de cuius* é requisito necessário ao deierimento do benefício de pensão por morte aos seus dependentes.

Responsabilidade subsidiária

• O desvirtuamento do cooperativismo, na malgrada intermediação de mão-de-obra para realização de serviços a terceiros, constitui fraude, impondo o reconhecimento da relação empregatícia

Constitucional e Administrativo

Magistratura

• A manifestação de vontade do magistrado no deslocamento para outra área de jurisdição não desonera a Administração do pagamento das despesas.

Permissão de uso

• Estando o permissionário inadimplente, sem proposta de solução do débito, não há como prosseguir na permissão.

Tributário

Responsabilidade tributária

• Responde pelos débitos perante o Fisco o sócio que à época do fato gerador da obrigação tributária fazia parte da sociedade.

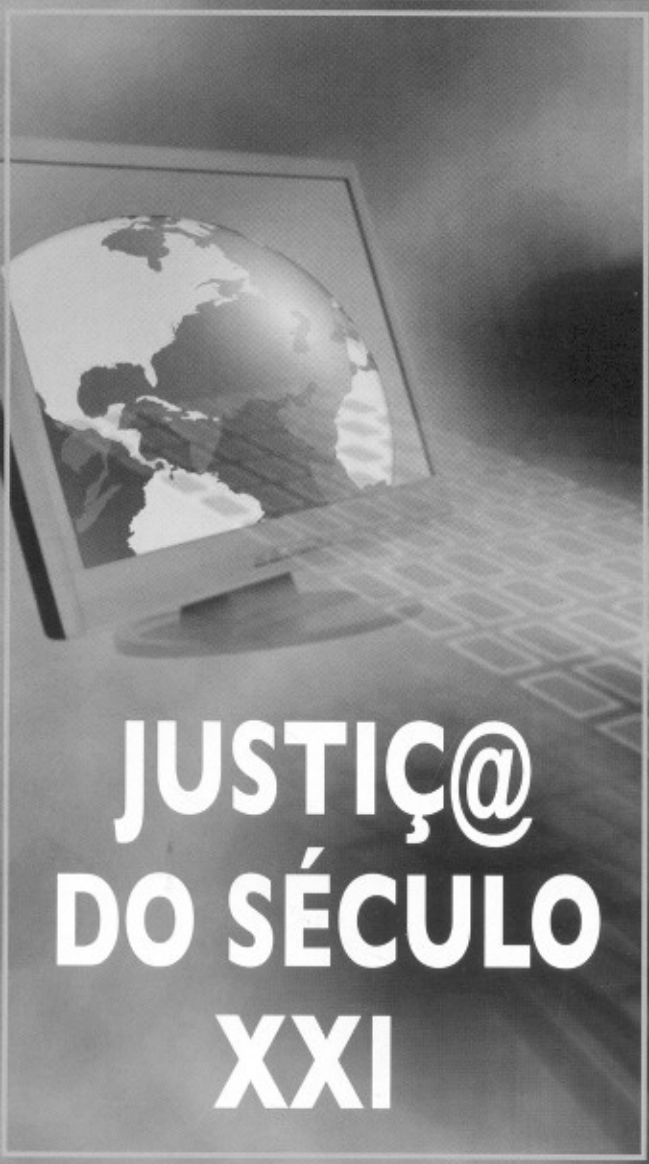
Simples

• De erro de escrita com relativo pequeno vulto econômico não exsurge indício de má-fé a autorizar o desenquadramento do regime tributário simplificado.

SELEÇÕES JURÍDICAS

Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

AGOSTO/2009



REPOSITÓRIO
AUTORIZADO DE
JURISPRUDÊNCIA

ESPECIAL

INFORMÁTICA

O futuro da Justiça

CIBERNÉTICA

A era do controle e o Direito Penal

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Valor probante e validade jurídica

MONITORAMENTO PARLAMENTAR

Panorama dos principais projetos de lei

Destaques

MARKETING JURÍDICO

Diferencial competitivo de mercado

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A contratação de "funcionário fantasma"

HORAS EXTRAS

O trabalho da mulher diante do princípio da igualdade

SELEÇÕES JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

STF

Registro nº 39/2008
 (DJE de 4-4-2008)

TST

Registro nº 32/2007
 (DJ-U, 17-10-2007)

ESPECIAL

JUSTIÇA DO SÉCULO XXI

O direito aplicado às novas tecnologias e tendências

TECNOLOGIA – Direito eletrônico

- Informática: o futuro da Justiça – **Mário Paiva** 4
- Validade jurídica e valor probante de documentos eletrônicos – **Marcos da Costa**..... 9
- O processo eletrônico e a Justiça do Trabalho – **Alexandre Atheniense** 14
- A era do controle – Introdução e crítica ao Direito Penal Cibernético – **Túlio Lima Vianna** 16
- Monitoramento parlamentar – **Janaína Rosa Guimarães** 21
 - Cibercrime e o AI-5 Digital
 - Panorama dos principais projetos de lei

TENDÊNCIA – Gestão de Carreira e Marketing Jurídico

- Marketing jurídico como diferencial competitivo de mercado – **Marco Antonio P. Gonçalves** 39

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Condenação pelo crime de concussão – Ausência de notificação prévia 42
- Regime de previdência privada – Caráter complementar – Liberdade de associação 46

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Improbidade administrativa – Contratação de “funcionário fantasma” 48
- Remoção de veículo – Liberação condicionada ao pagamento das multas já vencidas 56

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Férias – Pagamento em dobro 64
- Horas extras – Trabalho da mulher – Princípio da igualdade 69

PUBLICAÇÃO MENSAL

ANO XXV
Nº 9

SETEMBRO
2009

ISSN 1981-



BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**



DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

| | |
|--|------|
| NOTAS SOBRE A ASSIMILAÇÃO INSTITUCIONAL DO ART. 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Ilustrações (Carlos Pinto Coelho Motta) | 1003 |
| SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS E AS <i>SOBRETAXAS</i> POR EXCESSO DE CONSUMO OU DESPERDÍCIO: BREVE NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE UM TEMA ESQUECIDO (Luiz Henrique Antunes Alochio) | 1021 |
| DIREITOS FUNDAMENTAIS E OS PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL (Raimundo Márcio Ribeiro Lima) | 1028 |
| ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA (Alexandre Pandolpho Minassa) | 1047 |
| TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS – Entes Localizados em Faixa de Fronteira – Inadimplência junto ao Siafi/Cauc – Registro no Cadin – Celebração Excepcional de Convênios – Ações de Educação, Saúde e Assistência Social – Interpretação do Art. 25, § 3º, da LC nº 101/00 c/c o Art. 26 da Lei nº 10.522/02 (Tribunal de Contas da União) | 1049 |
| SISTEMA “S” – Previdência Privada – Irregularidade na Contratação e Pagamento do Plano – Não-Observância da Paridade de que Trata o Art. 202, § 3º, da CF – Rejeição das Alegações de Defesa dos Responsáveis – Contas Irregulares – Condenação em Débito – Aplicação de Multa (Tribunal de Contas da União) | 1063 |
| TETO REMUNERATÓRIO – Inc. XI do Art. 37 da CF, com Redação Dada pela EC nº 41/03 – Auto- Aplicabilidade – Irrelevância da Previsão, no Art. 3º da Lei nº 10.887/04, da Instituição do Sistema Integrado de Dados (Tribunal de Contas da União) | 1072 |

JURISPRUDÊNCIA

| | |
|---|------|
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – Constituição de Estado-Membro – Previsão da Aprovação dos Presidentes das Entidades da Administração Pública Indireta Estadual – Interpretação Conforme à Constituição – Restrição às Autarquias e Fundações Públicas – Exclusão de Todas as Empresas Estatais | 1079 |
| TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – Determinação de Tomada de Contas Especial – Terracap – Suposta “Grilagem” de Terras – Decretação da Indisponibilidade de Bens dos Dirigentes – Incompetência para Fiscalizar Empresa sob Controle Acionário de Ente da Federação Distinto da União | 1084 |
| PEDIDO DE INFORMAÇÕES – Viagens de Ministros de Estado em Aviões da Força Aérea Brasileira – Não-Ocorrência de Requerimento, à Autoridade Coatora, da Supressão da Classificação de Confidencial – Não-Characterização de Ato Abusivo ou Ilegal – Mandado de Segurança Denegado | 1092 |
| CONCURSO PÚBLICO – Aprovação nas Provas Objetiva e Discursiva – Não-Convocação para Apresentação de Títulos – Inadmissibilidade – Direito Líquido e Certo à Apresentação e Avaliação | 1097 |
| IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Contratação Irregular de Servidores – Inexistência de Dano ao Erário – Ausência de Dolo – Improcedência da Ação | 1099 |
| SERVIDOR PÚBLICO – Acumulação de Cargo e Emprego Públicos – Técnico em Radiologia e Técnico em Medicina Nuclear – Carga Horária Semanal – Limite de Exposição – Licitude do Exercício Simultâneo | 1103 |
| RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Descaracterização – Falecimento de Recém-Nascido – Sofrimento Fetal Agudo – Evento Imprevisível e Inevitável – Negligência e Imperícia – Não-Ocorrência – Danos Morais Indevidos | 1107 |
| CONCURSO PÚBLICO – Candidato Adventista – Realização de Prova em Horário Distinto do Previsto no Edital – Inadmissibilidade – Prevalência do Princípio da Isonomia | 1113 |

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juarez Freitas (PUC/RS, UFRGS,
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

Profa. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)

Prof. Carlos Ari Sundfeld (SBDP e FGV/SP)

Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)

Dr. Cezar Miola (Conselheiro do TCE/RS)

Prof. Clèmerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)

Prof. Cezar Brito (Presidente do Conselho Federal da OAB)

Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)

Prof. Fabrício Motta (IGDA)

Prof. Fernando Facury Scaff (UFPA)

Profa. Germana de Oliveira Moraes (UFC)

Prof. Heleno Taveira Tôres (USP)

Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)

Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)

Prof. Igor Danilevicz (UFRGS e PUCRS)

Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)

Ministro José Augusto Delgado (STJ)

Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)

Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)

Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)

Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)

Prof. Paulo Afonso Leme Machado (UNIMEP)

Prof. Paulo Bonavides (UFC)

Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)

Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)

Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)

Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)

Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

Coordenador Geral

Prof. Alexandre Pasqualini
(IDARGS, AJURIS)

| | |
|-----------------|---|
| Editorial | 9 |
|-----------------|---|

SEÇÃO DE ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL

Doutrina

| | |
|--|----|
| Carreiras de Estado e o direito fundamental à boa administração pública Juarez Freitas | 13 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| O controle público exercido sobre a atividade financeira e orçamentária do Estado: dados comparativos entre os sistemas de controles exercidos nos âmbitos da União Europeia e do Brasil Helio Saul Mileski | 29 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| A desapropriação e o princípio da proporcionalidade José dos Santos Carvalho Filho | 69 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Dos atos de improbidade por violação de normas constantes do Estatuto da Cidade Rita Tourinho | 91 |
|---|----|

| | |
|--|-----|
| A Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2009 e os contratos administrativos Cesar A. Guimarães Pereira | 123 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| O termo de compromisso no âmbito do mercado de valores mobiliários Julya Sotto Mayor Wellisch, Alexandre Pinheiro dos Santos | 137 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| Constitucionalismo, Estado e direito administrativo no Brasil Robertônio Santos Pessoa | 151 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| A Súmula Vinculante nº 3 do Supremo Tribunal Federal Demóstenes Tres Albuquerque | 181 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| El control público y los servicios públicos (<i>o la utopía del control público</i>) Mag. Miriam Mabel Ivanega | 211 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| Jurisprudência Seleccionada | 233 |
|--|-----|

SEÇÃO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Doutrina

| | |
|---|-----|
| Devido processo legal e processo tributário Roberto Rosas | 247 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| ICMS – Direito ao crédito do imposto decorrente da aquisição de materiais para a construção de bem imóvel – Ativo permanente Fábio Canazaro | 253 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| Jurisprudência Seleccionada | 267 |
|--|-----|

SEÇÃO DE DIREITO MUNICIPAL

Doutrina

A função social da propriedade nas cidades: das limitações administrativas ao conteúdo da propriedade

Vanêsa Buzelato Prestes 277

Jurisprudência Selecionada 313

SEÇÃO DE TRIBUNAIS DE CONTAS (CONTROLE EXTERNO)

Doutrina

Rejeição das contas do Prefeito – *análise de duas causas determinantes*

Flavio C. de Toledo Jr., Sérgio Ciquera Rossi 323

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 331

Revista
Bonijuris
SETEMBRO/09

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXVII

Casamento - Realizado sob a Égide do Código Civil de 1916 - Alteração do Regime de Bens (STJ)

Arremesso de Objeto para Vizinho - Ocorrência de Dano - Responsabilidade do Condomínio (TJ/RS)

Apelação - Preparo - Recolhimento em Cartório - Possibilidade - Deserção (STJ)

Roubo - Causa de Aumento de Pena - Emprego de Arma - Necessidade de Apreensão e Perícia (STF)

Depósito Recursal Realizado Fora da Conta Vinculada ao FGTS - Deserção Configurada (TST)

Músico Não Profissional - Registro na Ordem dos Músicos do Brasil (TRF/3a. Reg.)

Verba Originária de Indenização por Dano Moral e Material - Incidência de Imposto de Renda (STJ)

LEGISLAÇÃO

Pág. LII

Lei nº 12.012/09 - Código Penal - Entrada de Celular em Estabelecimento Prisional

Lei nº 12.013/09 - Instituição de Ensino - Obrigatoriedade de Informar aos Pais Sobre Aluno

Lei nº 12.014/09 - Trabalhador Considerado como Profissional da Educação

DOCTRINA

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E O DIREITO DE DEFESA

Gelson Amaro de Souza

Pág. V

A ESSÊNCIA DA INDEPENDÊNCIA E DA LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA DA ATIVIDADE JUDICIAL

Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto

Pág. XI

CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE DE CONSUMO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Domingos Barroso da Costa

Pág. XIV

A MULTA DE 10% DO ART. 475-J E OS JUIZADOS ESPECIAIS

Moacir Leopoldo Haeser

Pág. XIX

LIMITE DA MULTA EM CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

André Luiz Junqueira

Pág. XXIII

CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Luiz Fernando Coelho
 Antonio Carlos Facioli Chedid
 Carlos Alberto Silveira Lenzi
 Carlos Roberto Ribas Santiago
 Clèmerson Merlin Clève
 Edésio Franco Passos
 Hélio de Melo Mosimann
 Humberto D'Ávila Rufino
 Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
 João Casillo
 João Oreste Dalazen
 Joel Dias Figueira Júnior
 Manoel Antonio Teixeira Filho
 Manoel Caetano Ferreira Filho
 Maximiliano Nagl Garcez
 Paulo Henrique Blasi
 Zeno Simm

DIRETOR

Luiz Fernando de Queiroz

CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza
 Carlos Oswaldo M. Andrade
 Eduardo Cambi
 Elionora Harumi Takeshiro
 Geison de Oliveira Rodrigues
 Geraldo Vaz da Silva
 José Lúcio Glomb
 Joseph Ernst Gardemann Filho
 Luciano Augusto de Toledo Coelho
 Luiz Carlos da Rocha
 Luiz Salvador
 Maria de Lourdes Cardon Reinhardt
 Paula Tiemi Toyofuku
 Rafael Cessetti
 Rogério Distéfano
 Roland Hasson
 Sérgio de Aragon Ferreira
 Solange Roessle
 Yoshihiro Miyamura

Sumário

DOCTRINA

Litigância de Má-fé e o Direito de Defesa 05
Gelson Amaro de Souza
A Essência da Independência e da Legitimação Democrática da Atividade Judicial .. 11
Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto
Criminalidade e Violência na Sociedade de Consumo: Uma Abordagem Interdisciplinar 14
Domingos Barroso da Costa
A Multa de 10% do Art. 475-J e os Juizados Especiais 19
Moacir Leopoldo Haeser
Limite da Multa em Contratos de Locação de Imóveis 23
André Luiz Junqueira

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Lei Maria da Penha - Lesão Corporal Leve - Retratação da Representação - Possibilidade (STJ) .. 24

INTEIRO TEOR

Casamento - Realizado sob a Égide do Código Civil de 1916 - Alteração do Regime de Bens (STJ) 27
 Arremesso de Objeto para Vizinho - Ocorrência de Dano - Responsabilidade do Condomínio (TJ/RS) 29
 Apelação - Preparo - Recolhimento em Cartório - Possibilidade - Deserção (STJ) 30
 Roubo - Causa de Aumento de Pena - Emprego de Arma - Necessidade de Apreensão e Perícia (STF) 32
 Depósito Recursal Realizado Fora da Conta Vinculada ao FGTS - Deserção Configurada (TST) 35
 Músico Não Profissional - Registro na Ordem dos Músicos do Brasil (TRF/3a. Reg.) 36
 Verba Originária de Indenização por Dano Moral e Material - Incidência de Imposto de Renda (STJ) . 38

EMENTÁRIO

Civil - Comercial 41
 Imobiliário 42
 Processo Civil 44
 Penal - Processo Penal 45
 Trabalhista - Previdenciário 47
 Administrativo - Constitucional 49
 Tributário 50

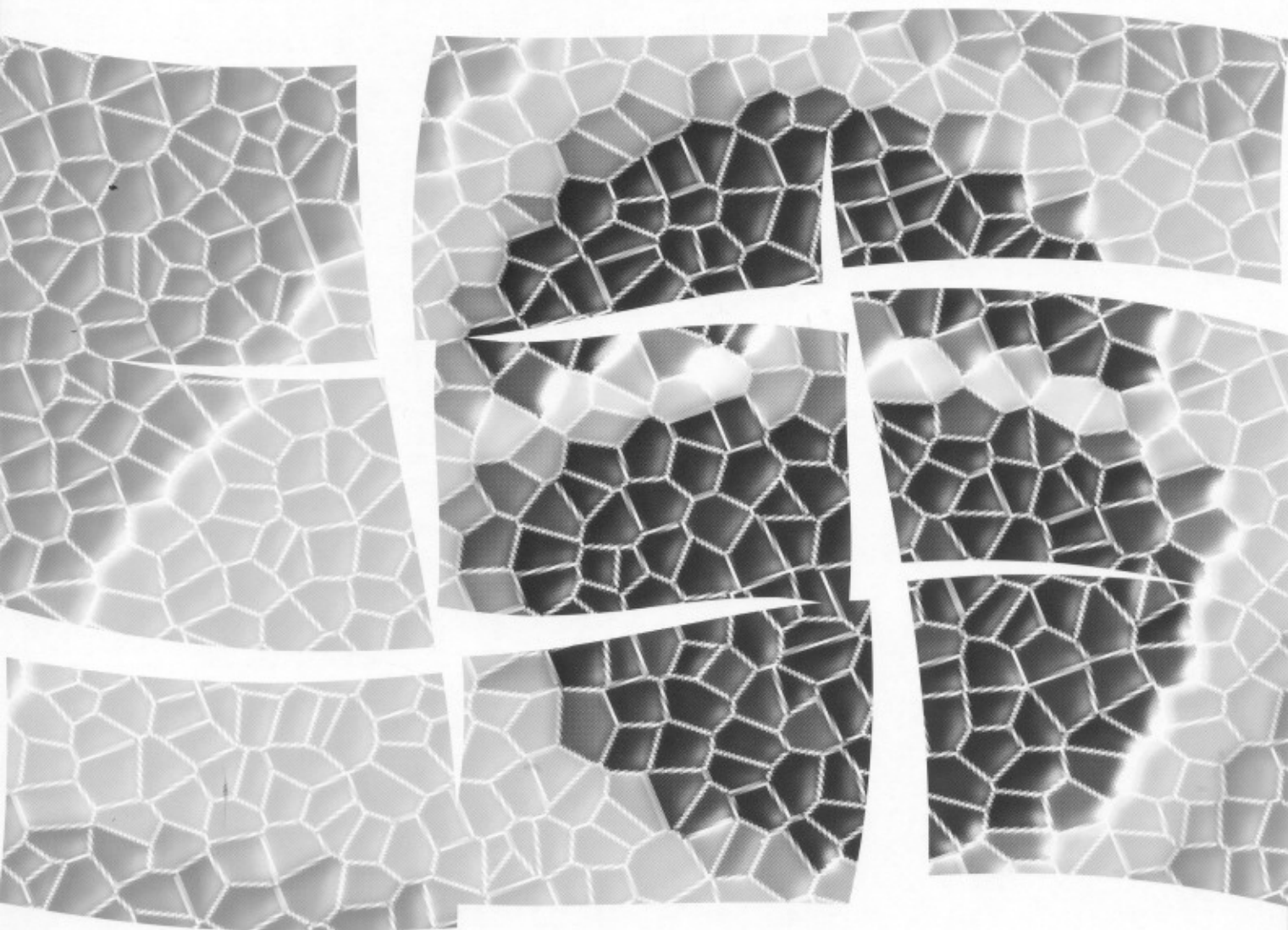
LEGISLAÇÃO

Lei nº 12.012/09 - Código Penal - Entrada de Celular em Estabelecimento Prisional 52
 Lei nº 12.013/09 - Instituição de Ensino - Obrigatoriedade de Informar aos Pais Sobre Aluno ... 52
 Lei nº 12.014/09 - Trabalhador Considerado como Profissional da Educação 52

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

O Depoimento Pessoal e o Processo do Trabalho 53
Francisco Ferreira Jorge Neto
Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante

EVENTOS/NOTÍCIAS 58



Direito Constitucional

Liberdade de expressão *versus* direitos da personalidade.

**O desafio da magistratura contemporânea
na implementação dos direitos humanos fundamentais.**

**Pesquisa com embriões excedentários e o princípio da dignidade
da pessoa humana, em face da Lei da Biossegurança.**

SUMÁRIO

Revista CEJ, Ano XIII, n. 45, abr./jun. 2009

- DIREITO CONSTITUCIONAL** **4** LIBERDADE DE EXPRESSÃO *VERSUS* DIREITOS DA PERSONALIDADE
Freedom of speech vs. civil rights
Edilson Pereira Nobre Júnior
- 14** AS DIMENSÕES DO DIREITO CONTEMPORÂNEO LUSO-BRASILEIRO
E A CRISE MUNDIAL
Dimensions of the contemporary Portuguese-Brazilian Law and world crisis
Ives Gandra da Silva Martins
- 21** CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESAFIO DA MAGISTRATURA CONTEMPORÂNEA
NA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS
*Considerations about the challenge of basic human rights implementation by
contemporary Bench*
Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto
- 32** A JUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
Judicialization of education
Carlos Roberto Jamil Cury e Luiz Antonio Miguel Ferreira
- 46** QUESTÕES CONTROVERSAS SOBRE A DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS PELO PODER PÚBLICO
*Controversial issues on the legal decision that imposes the provision of exceptional
drugs by the Brazilian government*
Oscar Valente Cardoso
- 56** PESQUISA COM EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA
PESSOA HUMANA, EM FACE DA LEI DE BIOSSEGURANÇA
*Research on spare embryos and the principle of human dignity in the face of
Brazilian Biosafety Act*
Rafaela Lourenço Marques
- 70** UMA ANÁLISE ATUAL DA SITUAÇÃO DA CAPACIDADE CIVIL E DA CULPABILIDADE
PENAL DOS SILVÍCOLAS BRASILEIROS
A current analysis of the Brazilian indigenous peoples' civil and criminal capacity
Márcio Ricardo Gonçalves de Moura
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL** **77** BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL
Brief comments on the special appeal admissibility
Luis Felipe Salomão
- DIREITO TRIBUTÁRIO** **86** PERSPECTIVAS PARA A EXECUÇÃO FISCAL NO BRASIL: execução fiscal judicial x
execução fiscal administrativa – qual o melhor caminho?
*Perspectives on tax foreclosure in Brazil: Judicial tax foreclosure vs. administrative
tax foreclosure – which is the best option?*
Marcus Lívio Gomes
- FILOSOFIA DO DIREITO** **102** ESCLARECIMENTOS SOBRE A TESE DA ÚNICA “RESPOSTA CORRETA”
DE RONALD DWORKIN
Enlightenments of Ronald Dworkin's "One Right Answer" Theory
Flávio Quinaud Pedron
- 110** ÉTICA, IGUALDADE E PROMOÇÃO POR MERECEMENTO
Ethics, equality and merit promotion
Nagibe de Melo Jorge Neto
- INDICAÇÕES LITERÁRIAS** **115** O JUIZ E A EMOÇÃO: aspectos da lógica da decisão judicial
Por José Renato Nalini
- CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO**
Por Diogenes Gasparini

Revista Brasileira de

CIÊNCIAS
CRIMINAIS

Ano 17 • n. 76 • jan.-fev. / 2009

Coordenadora

ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Publicação oficial do

IBCCRIM

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DIREITO PENAL

1. Ato infracional e saúde mental: a questão do sujeito
ALEXANDRE MORAIS DA ROSA 7
2. Il diritto penale tra globalizzazione e postsecolarismo
GIOVANNI FIANDACA E ENZO MUSCO 22
3. Crimes financeiros nos tribunais brasileiros
MAÍRA ROCHA MACHADO..... 58
4. A legislação anti-racismo no Brasil e sua aplicação: um caso de insensibilidade do Judiciário?
MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS MACHADO..... 79
5. Responsabilidade criminal por produtos defeituosos
SUSANA AIRES DE SOUSA..... 106

II. PROCESSO PENAL

1. Rejeição da denúncia ou queixa e absolvição sumária na reforma do Código de Processo Penal: atuação integrada de tais mecanismos na dinâmica procedimental
GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ..... 123

III. CRIME E SOCIEDADE

1. Juzgamiento de los ilícitos penales cometidos por miembros de las fuerzas de seguridad durante la vigencia de regímenes dictatoriales en Argentina
FEDERICO ZURUETA 181
2. Tolerancia cero: una genealogía de la criminología de la intolerancia
GABRIEL-IGNACIO ANITUA 210
3. Violência e liberdade
HÉLIO R. S. SILVA 232

4. La criminología crítica en el siglo XXI como criminología de los derechos humanos y la contra-reforma humanística o “las teorías criminológicas no son inocentes”
LOLITA ANIYAR DE CASTRO 265
5. A atuação do Brasil no banco dos réus no Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos
RAIMUNDO JORGE SANTOS SEIXAS E BARTIRA MEIRA
RAMOS NAGADO..... 292
6. A sedução da liberdade frente à obsessão pela segurança
RUTH M. CHITTÓ GAUER 312

IV. SISTEMA PRISIONAL

1. Análise normativo-teleológica do Projeto Novos Rumos na Execução Penal, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, à luz dos Direitos Humanos Internacionais
CARLOS FREDERICO BRAGA DA SILVA 334
2. Uma vida em Barcelona entre o hospital e a prisão
RAFAEL GODOI 348

V. SEÇÃO ESPECIAL: ACESSO À JUSTIÇA E DEFENSORIA PÚBLICA

1. O movimento pela criação e fortalecimento da Defensoria Pública paulista
ENEIDA GONÇALVES DE MACEDO HADDAD E ANDRÉA CRISTINA
DE OLIVEIRA GOZETTO..... 372

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- AUTORES..... 389
- TEMAS 391

IBCCRIM – DIRETORIA DA GESTÃO 2009-2010 395

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 397

IMPORTANTE: Este número da *Revista Brasileira de Ciências Criminais* reúne diversos artigos que refletem os temas debatidos do 14º *Seminário Internacional de Ciências Criminais*, realizado pelo IBCCRIM entre os dias 26 a 29.08.2008. São renomados juristas nacionais e internacionais que abrilhantaram o evento e que agora dividem com os assinantes da Revista as suas reflexões sobre temas atuais e polêmicos.

Revista Brasileira de

CIÊNCIAS CRIMINAIS

Ano 17 • n. 77 • mar.-abr. / 2009

Coordenadora

ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Publicação oficial do



EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DIREITO PENAL

1. La investigación con células troncales, técnicas de clonación y otras de reprogramación celular: el debate jurídico y jurídico-penal actual
CARLOS MARÍA ROMEO CASABONA 7
2. La tutela penal del ambiente en Italia. Limitaciones legales y necesidades materiales
GIULIO ADINOLFI 40
3. Identidad en el tiempo y responsabilidad penal: el juicio "jurisdiccional" de imputación de responsabilidad y la identidad entre agente y acusado
JESÚS-MARÍA SILVA SÁNCHEZ 72
4. Lei de anistia: um debate imprescindível
PIERPAOLO CRUZ BOTTINI E IGOR TAMASAUSKAS 101
5. La lesión al honor de la persona como lesión punible
RAINER ZACZYK 128

II. PROCESSO PENAL

1. Direito ao intérprete e ao tradutor como corolário do justo processo penal
RENATO STANZIOLA VIEIRA 141
2. Valor probatório da colaboração processual (delação premiada)
FREDERICO VALDEZ PEREIRA 175

III. CRIME E SOCIEDADE

1. O homicídio e a dádiva: um exemplo de distanciamento entre antropologia e direito
BRUNO SHIMIZU 203

2. Anencefalia e razão pública no Supremo Tribunal Federal
DEBORA DINIZ E ANA CRISTINA GONZALEZ VELÉZ 219
3. A produção decisória do sistema de justiça criminal no Rio de Janeiro ontem e hoje: um estudo preliminar
MICHEL MISSE E JOANA DOMINGUES VARGAS..... 237
4. Tolerância zero
SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA..... 261

IV. SISTEMA PRISIONAL

1. A privatização do controle do crime e o monitoramento eletrônico de criminosos na Inglaterra e no País de Gales
CRAIG PATERSON..... 281
2. Retrato social da discriminação racial e da marginalização criminal do negro no Brasil: um estudo do perfil sócio-racial dos detentos do Presídio Regional de Tijuca (SC)
JONAS MODESTO DE ABREU E MICHELLE CRISTINE FERRARI 298
3. Estado punitivo e encarceramento em massa: retratos do Brasil atual
DEBORA REGINA PASTANA 313

V. SEÇÃO ESPECIAL: ACESSO À JUSTIÇA E DEFENSORIA PÚBLICA

1. A Defensoria Pública de São Paulo na defesa dos direitos sociais
CIBELE C. BALDASSA MUNIZ 331

VI. O DIREITO EM AÇÃO

1. Ementário de jurisprudência
ANDRÉ ADRIANO DO NASCIMENTO DA SILVA
E LUCAS CLEMENTE GUIMARÃES DIAZ..... 343

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- AUTORES..... 361
- TEMAS 363

IBCCRIM – DIRETORIA DA GESTÃO 2009-2010..... 366

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 368

Revista Brasileira de

**CIÊNCIAS
CRIMINAIS**

Ano 17 • n. 78 • maio-jun. / 2009

Coordenadora

ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

Publicação oficial do

IBCCRIM

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DIREITO PENAL

1. As regras por trás da exceção: reflexões sobre a tortura nos chamados “casos de bomba-relógio” e comentário
LUÍS GRECO E BERND SCHÜNEMANN 7
2. Novos rumos da dogmática jurídico-penal: da superação do finalismo e de sua suposta adoção pelo legislador brasileiro a um necessário esclarecimento funcionalista
MARCO ANTONIO SANTOS REIS 41
3. Culpabilidad jurídica-penal en el Estado democrático de derecho
URS KINDHÄUSER 75

II. PROCESSO PENAL

1. O cumprimento de ordem judicial pelo registrador: aspectos penais e processuais penais
ANTONIO SCARANEC FERNANDES 93
2. A admissibilidade da animação forense como meio de prova no Poder Judiciário
CAROLINE SAMPAIO DE ALMEIDA E CINTHIA O. DE A. FREITAS 136
3. A dilação (in)devida do processo penal: entre os limites normativos e a discricionariedade judicial
MARLISE SCHEID SAUSEN 163
4. Violencia familiar y exclusión del hogar del agresor
MAXIMILIANO HAIRABEDIÁN E MARÍA DE LOS MILAGROS GORGAS 200

III. CRIME E SOCIEDADE

1. Polícia e direitos humanos: critérios racionais de ação
ELIOMAR SILVA PEREIRA 229
2. O controle preventivo das infrações éticas
JOSÉ RENATO NALINI 261
3. Súmulas vinculantes em terrae brasilis: necessitamos de uma teoria para a elaboração de precedentes?
LENIO LUIZ STRECK 284
4. Transtorno mental e criminalidade na adolescência: notas para uma análise crítica da patologização do adolescente autor de ato infracional
MARIA CRISTINA G. VICENTIN E MIRIAM DEBIEUX ROSA..... 320

IV. SISTEMA PRISIONAL

1. O modelo punitivo carcerário: entre a crise teórico-ideológica e o reafirmar-se político
KARINA NOGUEIRA VASCONCELOS 349

V. HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

1. O crime em Alagoas na primeira república
ULISSES NEVES RAFAEL 389

VI. SEÇÃO ESPECIAL: ACESSO À JUSTIÇA E DEFENSORIA PÚBLICA

1. A Defensoria Pública de São Paulo: um modelo inovador de assistência jurídica gratuita
THAIS A. SOARES..... 411

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- AUTORES..... 427
- TEMAS 429

IBCCRIM – DIRETORIA DA GESTÃO 2009-2010..... 433

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 435

Revista Brasileira de

**CIÊNCIAS
CRIMINAIS**

Ano 17 • n. 79 • jul.-ago. / 2009

Coordenadora

ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Publicação oficial do

IBCCRIM

EDITORA



REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DIREITO PENAL

1. Crime organizado: conceito e possibilidade de tipificação diante do contexto de expansão do direito penal
 ANDRÉ LUIS CALLEGARI E
 MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI WERMUTH 7
2. Sobre la posición de garante del empresario por la no evitación de delitos cometidos por sus empleados
 EDUARDO DEMETRIO CRESPO 41
3. Reminiscências da responsabilidade penal da pessoa jurídica e sua efetividade
 FÁBIO GUEDES DE PAULA MACHADO 75
4. Engaño en la estafa: ¿una puesta en escena?
 GUSTAVO BALMACEDA HOYOS E IGNACIO ARAYA PAREDES 101
5. Diretivas de conduta ou expectativas institucionalizadas? Aspectos da atual discussão sobre a teoria das normas
 JESÚS-MARÍA SILVA SÁNCHEZ 134
6. El problema de la alteridad en la eidética pragmatológica de Zaffaroni
 DIEGO ROBERTO LUNA 158

II. PROCESSO PENAL

1. We the people...
 MARCOS ZILLI 185
2. Prisão especial: cautelaridade e constitucionalidade
 RENATO STANZIOLA VIEIRA 209

III. SISTEMA PRISIONAL

1. A prisão dentro da prisão: sínteses de uma visão sobre o encarceramento feminino na 5.^a Região Penitenciária do Rio Grande do Sul
LUIZ ANTÔNIO BOGO CHIES, ANA LUISA XAVIER BARROS,
CARMEN LÚCIA ALVES DA SILVA LOPES, LENI BEATRIZ CORREIA
COLARES E SINARA FRANKE DE OLIVEIRA 251

IV. HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

1. A punição à feitiçaria como paradigma de um direito penal irracionalista: obscurantismo e arbítrio no pré-iluminismo
LUCIANO ANDERSON DE SOUZA..... 281

V. SEÇÃO ESPECIAL: DIREITOS HUMANOS

1. O direito ao respeito pela vida privada e familiar dos doentes mentais à luz da jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos
PEDRO CORREIA GONÇALVES..... 303

VI. O DIREITO EM AÇÃO

1. Suprema Corte dos Estados Unidos – Herring Vs. United States 323
2. Grupo Bandeirantes de Comunicação e a Rádio e Televisão Record SA: parecer
SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA..... 349
3. Ementário de Jurisprudência
ANDRÉ ADRIANO DO NASCIMENTO DA SILVA E
LUCAS CLEMENTE GUIMARÃES DIAZ 366

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

- AUTORES 377
- TEMAS..... 379

IBCCRIM – DIRETORIA DA GESTÃO 2009-2010 383

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 385

Revista Brasileira de
Direito DAS
Famílias
e Sucessões

Fev-Mar 2008

Ano IX – Nº 2

Sumário

Doutrina

1. Controvérsias Sobre Regime de Bens no Novo Código Civil
Gustavo Têpedino 5
2. A Dignidade e a Solidariedade para com o Zigoto (Embrião) Humano Extra-Uterino: uma Nova Acepção de Entidade Familiar?
Andréa Silva Rasga Ueda 22
3. O Ministério Público nas Ações de Separação e Divórcio
Leonardo Barreto Moreira Alves 55
4. Família Homoafetiva: Limites Constitucionais
Belmiro Pedro Welter 69
5. Um Fenômeno Latino-Americano no Século XXI: Tentativas de Inconstitucionalizar Iniciativas Voltadas à Superação do Sexismo
Ana Liési Thurler 87

Contribuição Estrangeira

1. Direitos Patrimoniais e Solidariedade nas Relações de Casal no Século XXI
Ulises Pitti G. 95

Tese em Resumo

1. Construção dos Fundamentos Teóricos e Práticos do Código de Família Brasileiro
Águida Arruda Barbosa 110

Decisão Comentada

1. Sucessão da Companheira e o Código Civil
Rose Melo Vencelau Meireles 116

Resenha Bibliográfica

1. Direito de Família: Processo, Teoria e Prática
Cristiano Chaves de Farias 129

Atos Normativos e Novidades Legislativas

1. Atos Normativos 132
2. Novidades Legislativas 134

Práticas Inovadoras

1. Depoimento sem dano 143
2. Reconhecimento voluntário de paternidade 144

Noticiário

1. Novo pedido de vista interrompe julgamento sobre reconhecimento de união estável entre homossexuais 145
2. STJ enfrenta polêmica sobre direitos das concubinas 146
3. Maior de 21 anos não tem direito a pensão 148
4. Pai que reconheceu filho, sabendo inexistir a relação biológica, não pode anular registro 148
5. Comprovada ausência de vínculo biológico, pai que registrou filho pode anular ato 149

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Sucessão. Dívidas do Morto. Testamento com Cláusulas de Inalienabilidade e Impenhorabilidade de Bens. Execução Movida por Credor do *De Cujus*. Penhora. Possibilidade
Rel. Min. Humberto Gomes de Barros 151
2. Tribunal de Justiça de São Paulo – Pensão por Morte. União Homossexual. Possibilidade
Rel. Des. Carlos Eduardo Pachi 154
3. Ementário 158

- Índice Alfabético-Remissivo 169

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

Ano I

Número 6

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 64/2008

Sumário

Doutrina

1. A Lei Complementar como Agente Normativo Ordenador do Sistema Tributário e da Repartição das Competências Tributárias
Sacha Calmon Navarro Coêlho 5
2. Aumento do IOF: Insubsistência dos Argumentos do Governo Federal Perante o STF
Kiyoshi Harada 37
3. O Tributo: Prescrição e a Lei Complementar nº 118/05: Aspectos Materiais e Processuais do Tema
Flávio Augusto Maretta Sgrilli Siqueira e Júlio César Ballerini Silva 42

Parecer

1. Contribuinte de IPI que Deu Saída a Mercadorias com Suspensão de IPI e que, Depois, Obteve Resposta da Administração a Consulta, Considerando Devido o Imposto – Verba que Não Integrou o Preço Praticado, Nem Foi Destacado na Documentação Fiscal Representativa da Operação – Impossibilidade de Repassar ao Adquirente da Mercadoria o Imposto Recolhido Posteriormente Com os Acréscimos de Lei
Ives Gandra da Silva Martins 75

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Lei nº 6.835/2001, do Estado do Espírito Santo. Obrigação de Inclusão de Nomes de PF e PJ no SERASA, CADIN e SPC Atribuída à Secretaria da Fazenda. Inconstitucionalidade
Rel. Min. Joaquim Barbosa 90
2. Superior Tribunal de Justiça – Compensação. Prescrição. Tese dos “Cinco Mais Cinco”
Rel.ª Min.ª Denise Arruda 95
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – REFIS. Exclusão. Intimação Via Internet. Impossibilidade
Rel. Juiz Fed. Conv. Osmane Antonio dos Santos 101
4. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Execução Fiscal. Redirecionamento. Responsável Não Incluído em CDA. Limites
Rel. Juiz Fed. Conv. Guilherme Diefenthaler 104
5. Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Empresa Prestadora de Serviço. Contribuição ao SESC e SENAC. CNC. Conceito Moderno de Empresa. Exigibilidade
Rel. Des. Fed. Roberto Haddad 107

| | |
|--|-----|
| 6. Tribunal Regional Federal da 3ª Região – IPI. Incidência Sobre o Valor da Mercadoria Importada. Parecer Normativo nº 4/94. Legalidade <i>Rel. Des. Fed. Nery Júnior</i> | 116 |
| 7. Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Execução Fiscal. Parcelamento da Dívida. PAES. Extinção. Impossibilidade <i>Rel. Des. Fed. Conv. Ivan Lira de Carvalho</i> | 120 |
| 8. Tribunal de Justiça de São Paulo – Intervenção Estadual. Preliminar de Ilegitimidade Passiva do Município. Precatório de Autarquia Municipal. Inadmissibilidade <i>Rel. Des. Mário Devienne Ferraz</i> | 123 |
| 9. Ementário | 128 |
| Caderno de Direito Comparado | |
| 1. Le Verifiche Fiscali in Italia <i>Anna Rita Ciarcia</i> | 154 |
| Sinopse Legislativa | 164 |
| Destaques do Volume Anterior | 165 |
| Índice Alfabético-Remissivo | 166 |

Revista

EMERJ

Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - Volume 12 - Nº 46 - 2009



Sumário

Breves Anotações Sobre a Admissibilidade do Recurso Especial **17**

Luis Felipe Salomão

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Ex-Desembargador do TJ/RJ. Ex-Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Ex-Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil.

1. Introdução. 2. Pressupostos subjetivos. 3. Pressupostos objetivos. 4. Pressupostos específicos do recurso especial. A) A questão de direito. B) Prequestionamento. C) Exaurimento de instância. 5. Aplicação do Direito à Causa. 6. Admissibilidade no caso dos recursos repetitivos. 7. Regras de interpretação e a política judiciária, no caso do Juízo de Admissibilidade do especial, à guisa de conclusão.

Direito Fundamental à Tutela Cautelar **43**

Nagib Slaibi Filho

Desembargador do TJ/RJ e Professor da EMERJ.

1. Introdução. II. O conteúdo material de tutela cautelar. III. O tempo, como elemento inerente à tutela cautelar. IV. A pretensão cautelar não se distingue da pretensão principal. V. Conclusão.

A Ata Notarial e seu Valor como Prova **59**

Luiz Roberto Ayoub

Juiz de Direito da 1ª Vara Empresarial do TJ/RJ.

Caroline da Cunha Muller e Isaque Brasil Maia

Pesquisadoras da F.G.V.

1. Teoria geral da prova. 1.2. Atipicidade dos meios de prova. 2. Medida cautelar. 2.1. Classificação. 3. Produção Antecipada de Prova. 4. Ata notarial. 4.1. *Da celeridade obtida pela ata notarial.* 4.2 *Da substituição da antecipação da prova pela ata notarial.* 5. Conclusão.

A Figura Processual do Ofendido

Sergio Demoro Hamilton

Procurador de Justiça (aposentado) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

1. Institutos versados em nosso processo penal e os pontos polêmicos neles encontrados, como o da prova oral. 2. A prova oral (art. 201 do CPP). 3. O ofendido chamado muitas vezes de vítima ou, e em outras, de cognominado de lesado, mas ele nada mais é que a pessoa que sofre diretamente a ação criminosa. 4. Sujeito passivo de toda a infração penal é o Estado. 5. Como meio de prova (art. 201), pode no entanto, o ofendido assumir outras posições, como parte, interveniente, como assistente, recorrente etc. 6. A distinção da testemunha do ofendido. 7. A retratação do ofendido como hipótese de “arrependimento eficaz”, ou como de uma atenuante genérica? 8. Será possível a contradita do ofendido, não obstante o art. 214, mas o ofendido integra a prova oral. 8. Impõe-se que o ofendido indique o autor que, segundo ele, tenha praticado a infração penal e aponte a prova de tal fato, embora não forneça todos os dados em relação à pessoa do acusado. 9. E quanto à ocultação dos dados qualificativos da vítima, haverá nulidade para o processo caso o ofendido não seja ouvido? O ofendido pode ser acareado? É evidente que sim, como meio de prova (art. 229). 10. O que dispõe a Lei 11.589 de 9/6/08, especialmente o seu art. 201.

Considerações sobre os Embargos de Declaração na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

José Antonio Fichtner

Mestre em Direito pela Universidade de Chicago e Professor de Direito Processual Civil da PUC-RJ e da EMERJ.

André Luis Monteiro

Pós-graduado em Direito Empresarial pela F.G.V e Es-

pecialista em Direito Econômico pela UERJ e em Direito Societário e Mercado de Capitais pela F.G.V.

1. Introdução. 2. Natureza jurídica dos embargos de declaração. 3. Notas sobre o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito no julgamento dos embargos de declaração. 4. Análise dos efeitos dos embargos de declaração. 4.1. Efeito obstativo dos embargos de declaração. 4.2. Efeito devolutivo dos embargos de declaração. 4.3. Efeito translativo dos embargos de declaração. 4.4. Efeito suspensivo dos embargos de declaração. 4.5. Efeitos do julgamento dos embargos de declaração. 5. Especificamente, o efeito interruptivo dos embargos de declaração. 6. O projeto de Lei n° 138/2004 do Senado Federal. 7. Conclusão.

Efeitos Cíveis e Processuais da Sentença Condenatória Criminal. Reflexões sobre a Lei n° 11.719/2008

111

Alexandre Freitas Câmara

Desembargador da 2ª Câmara Cível do TJ/RJ.

I - Introdução. II - Sistemas de responsabilidade civil pela prática de ilícitos penais. III - O sistema brasileiro anterior à Lei 11.719/08. IV - O sistema instituído pela Lei n° 11.719/08. V - Críticas ao novo sistema: 1 - O problema da correlação entre demanda e sentença. 2 - O problema dos limites subjetivos da coisa julgada. 3 - A incompatibilidade entre a nova regra e o sistema acusatório. VI - Conclusão.

A Nova Pastoral do Menor

124

Siro Darlan

Desembargador do TJ/RJ. Presidente do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Receio de uma desconstrução ou de mais um projeto de apoio à orientação de crianças e adolescentes. Crítica injusta. "Contudo reconheço e testemunhei em Vila Ken-

nedo, na Paróquia do Padre Lino, um verdadeiro renascer com bases sólidas de uma Nova Pastoral do Menor. Um Conselho composto de pessoas ilustres e comprometidas com a causa social e suas propostas ousadas: ensino de Internet, ações esportivas, com professores voluntários”. Os programas de Escola de Família nas escolas e nas igrejas será um passo importante na retomada de conquista da paz nas comunidades.

Direitos Fundamentais - Legítimas Prerrogativas de Liberdade, Igualdade e Dignidade

Alexandre Guimarães Gavião Pinto

Juiz de Direito do TJ/RJ.

1. Direitos fundamentais, que são direitos representativos das liberdades públicas, são os objetivamente reconhecidos e delimitados na ordem jurídica. 2. Os direitos humanos são reconhecidos independentemente do seu vínculo Jurídico com o Estado, mas reconhecidos aos seres humanos pela ordem jurídica internacional. 3. Os direitos fundamentais são imprescritíveis, inalienáveis, irrenunciáveis, invioláveis, universais; gozam da efetividade, interdependentes e complementares. 4. A Doutrina indica a Carta Magna Inglesa de 1215, como seu marco inicial. 5. Os direitos fundamentais de segunda geração, ou seja, os sociais, os culturais e os econômicos deram oportunidade para que o Estado tivesse atuação positiva em prol do indivíduo.

Contratos Bancários nas Relações de Consumo: Uma Breve Abordagem

Ludmilla Vanessa Lins da Silva

Juíza de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Professora da ESAJ e da Universidade Estácio de Sá.

1. Introdução. 2. Breve abordagem histórica. 3. Contratos bancários inseridos no conceito de serviço. 4. Da respon-

126

141

sabilidade dos Bancos pelo fato do serviço. 5. Questões controvertidas que envolvem contratos bancários: 5.1. Contrato de cofre. 5.2. Contrato de conta-corrente. 5.3. Contrato de Cartão de Crédito. 6. Conclusão.

Notas sobre a Ilegalidade e a Inconstitucionalidade da Imposição do Ônus, por Órgãos Jurisdicionais de Esgotamento de Diligências pelo Exequente para o Deferimento da Penhora de Dinheiro via BACEN-JUD

Marlos Lopes Godinho Erling

Procurador do Banco Central do Brasil.

1. Introdução. 2. Formas de penhora de dinheiro. 3. Fundamentos legais e constitucionais legitimadores da utilização do BACEN-JUD. 4. O agravo de instrumento como recurso cabível em decisões de indeferimento da penhora de dinheiro via BACEN-JUD. 5. Conclusão.

152

A Execução da Prestação de Alimentos e a Prisão Civil do Alimentante

Daniel Roberto Hertel

Professor e advogado. Pós-graduado em Direito Público e DPC pela Faculdade Candido Mendes de Vitória - ES.

1. Intróito. 2. Direito aos alimentos. 3. Execução dos alimentos sob pena de prisão. 4. Prisão civil do devedor de alimentos. 5. Considerações finais.

166

Proteção e Inserção da Mulher no Estado de Direito. A Lei Maria da Penha

Emerson Garcia

Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Graduado em Ciências Políticas e Internacionais pela Universidade de Lisboa.

182

1. Aspectos introdutórios. 2. A construção jurídica dos direitos da mulher. 3. O constitucionalismo contemporâneo e a proteção da mulher. 4. As noções de igualdade e discriminação. 5. A *ratio* das ações afirmativas e a Lei Maria da Penha. 6. As ações afirmativas adotadas pela Lei Maria da Penha. 7. Epílogo.

Exercício da Advocacia Privada pelo Advogado Público

208

Afrânio Carlos Moreira Thomaz

Procurador do Banco Central do Brasil. Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial da Universidade Cândido Mendes.

1. Exposição da controvérsia. 2. Da inconstitucionalidade da vedação para o exercício da advocacia privada. 2.1. Ofensa ao art. 5º, IX e XIII da Constituição. 2.2. Ofensa ao princípio da proporcionalidade. 2.3. Ofensa ao princípio da isonomia. 2.4. Ofensa ao requisito da urgência para a edição de Medidas Provisórias. 3. As vantagens da liberdade para o exercício da advocacia privada. 3.1. A proibição da advocacia privada como fator de enfraquecimento das carreiras da advocacia pública federal. 3.2. Estímulo para que os advogados públicos exerçam clandestinamente a advocacia privada. 3.3. Advocacia privada e magistério. 3.4. O caráter meramente simbólico da jornada de 40 horas semanais. 3.5. Da alegação de que a liberação da advocacia privada pelos advogados públicos acarretaria “concorrência desleal” e “reserva de mercado”. 4. A ADIn 4.036/DF. 5. Conclusão.

Do Instituto da Prescrição como Fator Impeditivo à Instauração do Inquérito Civil Público e do Posterior Ajuizamento da

232

Ação de Improbidade Administrativa

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Advogado e Vice-Presidente do Instituto Ibero-Americano de Direito Público.

I. Considerações iniciais. II. Do Instituto da prescrição como fator impeditivo à instauração do inquérito civil público. III. Da prescrição quinquenal direcionada para o agente público. IV. Do instituto da prescrição direcionado para o particular/terceiro. V. Operando-se o decurso do prazo de 5 anos previsto em lei, o órgão do Ministério Público perde a sua legitimação extraordinária para ingressar com a ação de ressarcimento ao erário público. VI. Conclusão.

Estudo Comparativo da Tutela Penal da Liberdade Sexual no Brasil e na Itália

279

Paulo César Corrêa Borges

Professor da Universidade Estadual Paulista e Promotor Público.

Gil Ramos de Carvalho Neto

Bacharel da Universidade Estadual Paulista.

1. Introdução. 2. Evolução da legislação penal sexual brasileira. 3. Evolução da legislação penal sexual italiana pós 1930. 4. Comparação entre as condutas criminosas. 5. Conclusões.

A Aplicação Analógica da Lei Maria da Penha

305

Rodrigo Bossi de Pinho

Delegado de Polícia na Secretaria de Segurança de Minas Gerais. Ex-aluno da EMERJ.

1. Da constitucionalidade da Lei Maria da Penha. 2. O conteúdo da Lei n° 11.340/06, sua natureza jurídica e o instituto do *Restraining Order* do direito anglo-saxão. 3. O poder geral de cautela do Juiz e as medidas protetivas de urgência. 4. O estudo dos grupos de casos. 5. Das hipóteses de violência fora do âmbito familiar ou doméstica.

Revista de ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Ano 6 • n. 20 • jan.-mar./ 2009

Coordenador

ARNOLDO WALD

Publicação do

Instituto Brasileiro de Direito Comparado

I. DOCTRINA NACIONAL

- | | |
|--|-----|
| 1. A crise e a arbitragem no direito societário e bancário ARNOLDO WALD..... | 9 |
| 2. Arbitragem e insolvência PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO..... | 25 |
| 3. Acordos bilaterais de promoção e proteção de investimentos JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES | 53 |
| 4. Arbitragem e desenvolvimento econômico JOSÉ EMÍLIO NUNES PINTO | 66 |
| 5. Arbitrating corporate disputes in Latin America PEDRO A. BATISTA MARTINS | 74 |
| 6. Os direitos patrimoniais disponíveis e as regras de julgamento na arbitragem CÁSSIO M. C. PENTEADO JR..... | 80 |
| 7. A arbitragem e a comercialização de energia elétrica no Brasil SOLANGE DAVID | 86 |
| 8. Recognition and enforcement of international arbitral awards in Brazil CESAR A. GUIMARÃES PEREIRA..... | 122 |

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

- | | |
|---|-----|
| 1. À la recherche de la jurisprudence arbitrale ERIC LOQUIN..... | 149 |
| 2. A arbitragem internacional: custo e duração YVES DERAÏNS..... | 175 |

3. México ante el arbitraje CIADI ¿Prudente o rebelde?
FRANCISCO GONZÁLEZ DE COSSÍO..... 185
4. A seleção de árbitros nos procedimentos arbitrais: uma abordagem prática
JERRY P. BRODSKY E VÍCTOR MADEIRA FILHO 193
5. Transmission et extension de la clause compromissoire en droit français de l'arbitrage international: Etat des lieux
LAURA WEILLER..... 207

III. PARECERES

1. Sentença estrangeira arbitral. Inadimplemento do contrato de comércio internacional. Inocorrências das hipóteses previstas no art. 38 da Lei de Arbitragem. Parecer pela homologação. Parecer na SEC 7.141-1 – STF
CLÁUDIO FONTELES..... 221

IV. JURISPRUDÊNCIA

Comentada

1. Decisão do TST vai alavancar crescimento da arbitragem
- a) Arcanja dos Santos Ferreira Vaz x Lojas Brasileiras S.A. AIRR-1475/2000-193-05-00.7, TST, rel. Min. Pedro Paulo Manus..... 225
- b) Comentários Cássio Telles Ferreira Netto..... 228
2. Medidas cautelares prévias à instituição da arbitragem
- a) Logos Engenharia S/A x Construtora Gomes Lonrenço Ltda. Agln 1.0024.08.074006-1/001(1), TJMG, rel. Des. Márcia de Paoli Balbino..... 231
- b) Comentários Selma M. Ferreira Lemes..... 247
3. Arbitragem nas relações de consumo
- a) CZ6 Empreendimentos Comerciais Ltda. x Lúcio Maiciel de Toledo Malta – ApCív 2008.001.30250, TJRJ, rel. Des. Sergio Lúcio de Oliveira e Cruz..... 253
- b) Embargos de Declaração na ApCív 2008.001.30250, TJRJ, rel. Des. Sergio Lúcio de Oliveira e Cruz..... 258
- c) Comentários Eliana Baraldi..... 260

Íntegra

1. Superior Tribunal de Justiça
 Controle judicial em homologação de sentença arbitral estrangeira limitado aos aspectos dos arts. 38 e 39 da Lei 9.307/1996..... 269
2. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
 Possibilidade de requerer ao judiciário a concessão de medidas cautelares preparatórias urgentes, quando ainda não instalado o tribunal arbitral..... 277
- Internacional**
1. Importante sentencia de la Sala Constitucional de Venezuela atinente al arbitraje
 J. ELOY ANZOLA..... 282

V. TRABALHOS FORENSES

1. Mandado de segurança contra ato do Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp (parte das razões)
 DONALDO ARMELIN E VAMILSON J. COSTA..... 339

VI. LEGISLAÇÃO

1. Nova Constituição do Equador (partes relevantes)..... 349

VII. CRÔNICAS E COMENTÁRIOS DE DIREITO COMPARADO

1. Breves reflexiones sobre el arbitraje en la nueva Constitución ecuatoriana
 XAVIER ANDRADE CADENA..... 351

VIII. SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

1. Reunião do Grupo Latino-americano de Arbitragem da CCI
 ARNOLDO WALD..... 367
2. Conferência Nacional de Arbitragem, Infra-estrutura e Construção
 EDUARDO GREBLER E FLÁVIA BITTAR 369
3. Dispute Resolution in the International Oil & Gas Business. Rio de Janeiro, 20-21 de outubro de 2008
 RODRIGO GARCIA DA FONSECA 373

4. 6.^a Conferência Anual Latino-americana da CCI
VALERIA GALÍNDEZ..... 376
5. Eventos..... 380

IX. NOTÍCIAS DIVERSAS

1. ICC YAF
VALERIA GALÍNDEZ..... 383

X. RESENHAS

1. Emmanuel Gaillard. *Aspects philosophiques du droit de l'arbitrage international*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008. Les livres de poche de l'Académie de droit international de La Haye. 240p.
ARNOLDO WALD..... 385
2. Cássio Telles Ferreira Netto. *Contratos administrativos e arbitragem*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 144p.
MAÍRA DE MELO VIEIRA 392
3. Eduardo Damião Gonçalves. *Arbitrabilidade objetiva*. Tese de doutorado. São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008. 230p.
VERA CECÍLIA MONTEIRO DE BARROS..... 394

- NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 397

Revista de ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Ano 6 • n. 21 • abr.-jun./ 2009

Coordenador

ARNOLDO WALD

Publicação do

Instituto Brasileiro de Direito Comparado

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Uma nova visão dos tratados de proteção de investimento e da arbitragem internacional
ARNOLDO WALD..... 9
2. A imparcialidade na arbitragem entre investidores e Estados
JOSÉ AUGUSTO FONTOURA COSTA..... 30
3. Os conflitos nas *joint ventures* e a arbitragem
LUCIANO BENETTI TIMM E MARCELO BORGES RODRIGUES 64
4. A eleição de foro estrangeiro e o judiciário brasileiro
CARMEN TIBURCIO 84
5. O Brasil e os instrumentos internacionais de proteção aos investimentos
EDUARDO FELIPE P. MATIAS 114
6. O instituto da mediação (Parte I)
JOYCE DE MATOS BARBOSA E ROGÉRIO ROBERTO GONÇALVES DE ABREU 133

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Du courage dans l'arbitrage international
PIERRE LALIVE..... 157
2. Public policy as a limit to arbitration and its enforcement
KARL-HEINZ BÖCKSTIEGEL 163
3. The influence of the New York Convention in Latin America and on the Inter-American Convention on international commercial arbitration
CLAUS VON WOBESER..... 175

4. The presentation of evidence in international commercial arbitration: bridging gaps between evidentiary rules and free evaluation of evidence
 FÁBIO PEIXINHO GOMES CORRÊA 190

III. MEMÓRIA DO DIREITO

1. A Convenção de Nova Iorque de 10.06.1958 para o reconhecimento e a execução de sentenças arbitrais estrangeiras
 JEAN ROBERT 235

IV. PARECERES

1. Contrato de prestação de serviços celebrado antes da Lei 9.307/1996. Cláusula compromissória. Direito Inter-temporal. Aplicação imediata. Parecer do MPF no REsp 933.371/RJ
 MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO 249

V. JURISPRUDÊNCIA

Comentada

Medida cautelar de arresto visando garantir execução futura de sentença arbitral estrangeira.

- a) *Converse Inc. x American Telecommunication Ltda*
 – MC 14.795 – STJ – rel. Min. César Asfor Rocha 257
- b) Comentários
 PEDRO A. BATISTA MARTINS 259

Decisão monocrática em agravo. Convenção de arbitragem. Medida cautelar pré-arbitral. Incompetência superveniente da justiça estatal, decorrente da instauração do juízo arbitral. Cassação da liminar

- a) *EPE Empresa Produtora de Energia Ltda. x Furnas Centrais Elétricas S/A. AgIn 2008.002.19589 – TJRJ – rel. Des. Marcos Alcino de Azevedo Torres* 263
- b) Comentários
 RICARDO RAMALHO ALMEIDA 265

Contrato de prestação de serviços celebrado antes da Lei 9.307/1996. Cláusula compromissória. Direito Intertemporal. Aplicação imediata.

- a) Itaipu Binacional x Logos Engenharia Ltda – MC
14.130 – STJ – rel. Min. *Denise Arruda* 269
- b) Itaipu Binacional x Logos Engenharia Ltda – AgRg na
MC 14.130 – STJ – rel. Min. *Denise Arruda* 272
- c) Comentários
IGOR CARNEIRO DE MATOS..... 280

Íntegra

1. Superior Tribunal de Justiça

Arbitragem e sociedade de economia mista. TMC Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A x Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia – MS 11.308-DF – STJ
– rel. Min. *Luiz Fux* 286

2. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Processo arbitral instaurado com base em cláusula compromissória contida em acordo de acionistas. Impossibilidade de suspensão pelo Judiciário, por ausência de vícios, do procedimento arbitral. Benedito Augusto Müller x Luiz Augusto Müller, AgIn 581.408-4/5-00 – TJSP – rel. Des. *Beretta da Silveira* 314

Internacional

Contrato de compra e venda de navio. Cláusula compromissória. Inadimplemento contratual. Inarbitrabilidade. Inocorrência. Arrêt 128 du 11.02.2009 (06-18.746) – Cour de cassation – Première chambre civile. Thalès Naval x Marine de la République de Chine à Taiwan 317

VI. LEGISLAÇÃO

1. Protocolo para la solución de controversias entre bancos centrales participantes del convenio de pagos y créditos recíprocos de la ALADI – Convênio de Créditos recíprocos..... 319

VII. CRÔNICAS E COMENTÁRIOS DE DIREITO COMPARADO

1. On dangerous footing: the non-statutory standards for reviewing an arbitral award
 MAURICIO GOMM-SANTOS E QUINN SMITH 327

VIII. SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

1. Eventos..... 351

IX. NOTÍCIAS DIVERSAS

1. Notícias internacionais..... 353

X. RESENHAS

1. Clávio de Melo Valença Filho; João Bosco Lee. *Estudos de arbitragem*. Curitiba: Juruá, 2008.
 RODRIGO GARCIA DA FONSECA 357
2. Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa (coord.). *Aspectos da arbitragem institucional - 12 anos da Lei 9.307/1996*. São Paulo: Malheiros, 2008.
 FERNANDA ROCHA LOURENÇO LEVY 360
3. Revistas e Boletins 366

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES 373

Revista de ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Ano 6 • n. 22 • jul.-set./ 2009

Coordenador

ARNOLDO WALD

Publicação do

Instituto Brasileiro de Direito Comparado

I. DOCTRINA NACIONAL

- | | |
|--|----|
| 1. A cláusula compromissória estatutária | |
| CARLOS AUGUSTO DA SILVEIRA LOBO..... | 11 |
| 2. A sentença parcial | |
| LUIZ ROBERTO AYOUB E ANTÔNIO PEDRO PELLEGRINO | 33 |
| 3. A resolução de conflitos na nova regulação de resseguros brasileira | |
| LUIZ FELIPE CONDE E RAQUEL RIBEIRO SILVA | 54 |
| 4. O instituto da mediação (Parte II) | |
| JOYCE DE MATOS BARBOSA E | |
| ROGÉRIO ROBERTO GONÇALVES DE ABREU | 68 |
| 5. A solução de controvérsias fiscais por meio de arbitragem | |
| AURÉLIO PITANGA SEIXAS FILHO..... | 94 |

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

- | | |
|--|-----|
| 1. Árbitros: características, perfis, poderes e deveres | |
| JOSÉ MIGUEL JÚDICE..... | 119 |
| 2. Bank and parent company guarantees in international arbitration | |
| MATTHIAS SCHERER | 147 |
| 3. The extent of the Arbitral Tribunal's power to manage discovery in the United States of America | |
| MAURICIO GOMM-SANTOS E QUINN SMITH | 156 |

4. Due process in international arbitration: anything goes? A U.S. perspective
LAWRENCE S. SCHANER E JOHN R. SCHLEPPENBACH..... 173
5. Arbitragem e Administração Pública em Portugal
DALILA ROMÃO 184

III. MEMÓRIA DO DIREITO

1. Frontières du droit et *lex mercatoria*
BERTHOLD GOLDMAN 211

IV. JURISPRUDÊNCIA

Comentada

- Cumprimento do contrato em território nacional e pagamentos efetuados no exterior. Cláusula de eleição de foro. Competência concorrente da Justiça brasileira
- a) RS Components Limited x RS do Brasil Comércio Importação Exportação Consultoria e Representações Ltda. REsp 804.306 – STJ – rel. Min. *Nancy Andrichi* 231
- b) Comentários
MARICÍ GIANNICO 233
- Ação de anulação de sentença arbitral. Arbitrabilidade de litígios envolvendo empresa em liquidação extrajudicial. Descabimento do pedido de anulação para revisão do mérito da sentença arbitral
- a) Interclínicas Planos de Saúde S.A. x Saúde ABC Planos de Saúde Ltda. Processo 583.00.2008.224372-5 – TJSP – Juiz de Direito *Anderson Cortez Mendes* 250
- b) Comentários
VALERIA GALÍNDEZ..... 253
- A grande latitude do interesse e legitimidade processual na ação de homologação de sentença arbitral estrangeira
- a) Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. x Carbografite Comércio Indústria e Participações Ltda. Sentença Estrangeira Contestada 1.302 – STJ – rel. Min. *Paulo Gallotti*..... 259
- b) Comentários
ALFRED HABIB SIOUFI FILHO 263

Íntegra

1. Superior Tribunal de Justiça
- Convenção de arbitragem. Inexistência. Interpretação de cláusula contratual e reexame do conjunto probatório. Impossibilidade na via especial – STJ – AgRg no AgIn 1.043.969/SP – 4.^a T. – v.u. – rel. Min. *Fernando Gonçalves* 277
- Cláusula de arbitragem em contrato de distribuição de gás. Companhia estatal, concessionária da distribuição, que assina dois contratos, um com o fornecedor do produto e outro com o adquirente, estipulando-se em ambos que as eventuais controvérsias seriam dirimidas por arbitragem tri-partite. Medida cautelar, garantindo o fornecimento do produto ao preço originário já esgotado o prazo contratual, sem pronunciar-se sobre a cláusula de arbitragem – STJ – REsp 954.065/MS – 3.^a T. – v.u. – rel. Min. *Ari Pargendler* 282
2. Tribunal Regional do Trabalho da 2^a Região
- Arbitragem em questões trabalhistas e renúncia de direitos – TRT-2.^a Reg. – RO 01143200431102008 – 4.^a T. – v.u. – rel. Juiz *Paulo Augusto Câmara* 292
3. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- Contrato de locação com cláusula compromissória. Princípio da *kompetenz-kompetenz*. Incompetência do juiz de direito. Validade e eficácia da convenção de arbitragem – TJRJ – ApCiv 2008.001.42983 – 19.^a Câ. Civ. – v.u. – rel. Des. *Marília de Castro Neves Vieira* 297
- Penhora *on line* para garantia de pagamento estipulado em sentença arbitral – TJRJ – AgIn 2008.002.12975 – 20.^a Câ. Civ. – v.u. rel. Des. *Letícia Sardas* 299
- Escritura pública de compra e venda e financiamento imobiliário, com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia, contendo cláusula compromissória. Incompetência da justiça estatal – TJRJ – AgIn 26966/2007 – 15.^a Câ. Civ. – v.u. – rel. Des. *Galdino Siqueira Netto* 304

4. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ajuizamento de ação judicial para compelir a ré a instituir a arbitragem, nos termos do art. 7.º da Lei 9.307/1996. Milton José Kerbauy e Construtora KR Ltda. x Construtora LR Ltda. Processo 427/08 – 4ª Vara Cível da Comarca de Bauru
Juiz de Direito *Arthur de Paula Gonçalves* 313

Ajuizamento de ação judicial para compelir a ré a instituir a arbitragem, nos termos do art. 7.º da Lei 9.307/1996. Balagué Center Laboratório Ltda. x Bio Análise Center Laboratório Clínico SS Ltda. Processo 07.216918-3 – 17ª Vara Cível da Capital de São Paulo
Juiz de Direito *José Paulo Camargo Magano* 319

5. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Contrato de compra e venda de equipamentos e serviços. Inadimplemento contratual. Notas promissórias. Avalista. Local de pagamento do título. Protesto internacional. Cláusula compromissória. Incompetência da justiça brasileira – TJSC – AgIn 2009.014667-1 – Decisão monocrática – Câmara Civil Especial – rel. Des. *Luiz Fernando Boller* 321

Internacional

1. Contrato de fornecimento de matéria-prima. Cláusula arbitral. Câmara de Comércio Internacional. Responsabilização. Negligência. Má gestão de procedimentos de arbitragem

a) Arrêt du 22 janvier 2009. Cour d'Appel de Paris – Première chambre – Section C. S.N.F. S.A.S x Chambre de Commerce Internationale..... 325

b) Comentários

CARLO DE LIMA VERONA E

MARIA DA GRAÇA DE ALMEIDA PRADO..... 332

V. LEGISLAÇÃO

1. Projecto de nova Lei de Arbitragem Voluntária de Portugal..... 337

VI. SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

1. Eventos 363

VII. NOTÍCIAS DIVERSAS

1. Notícias internacionais..... 365

VIII. RESENHAS

1. José Carlos Fernández Rozas. *Tratado del arbitraje comercial en América Latina*. Madrid, Iustel, 2008. 1366p.
ARNOLDO WALD..... 369
2. Martim Della Valle. *Da decisão por equidade na arbitragem comercial internacional*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP, 2009. 440p.
PEDRO SANTOS CRUZ..... 373
3. Revistas e Boletins 376

- NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES 379

Revista de **DIREITO AMBIENTAL**

Ano 14 • n. 54 • abr.-jun./ 2009

Publicação oficial do



Fundadores e coordenadores eméritos

**ANTÔNIO HERMAN V. BENJAMIN e
ÉDIS MILARÉ**

Coordenadores

**ELADIO LECEY
SÍLVIA CAPPELLI**

Repertório de jurisprudência autorizado pelos
Tribunais Regionais Federais das 1.^a, 4.^a e 5.^a
Regiões.

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Direito penal ambiental x sociedade de risco de Ulrich Beck: uma abordagem crítica
ADRIANA PISA..... 9
2. Contribuição ao aperfeiçoamento do emprego da prova pericial na apuração dos crimes ambientais
ALEXANDRE AUGUSTO COSTA..... 65
3. Mecanismos para desoneração de passivos ambientais em imóveis rurais e seus reflexos no registro de imóveis
BIANCA SANT'ANNA DELLA GIUSTINA..... 86
4. Análise de multas emitidas pelo Ibama e Sema contra desmatamento ilegal em Mato Grosso
BRENDA BRITO..... 127
5. A proteção das cavidades naturais
ÉDIS MILARÉ E PRISCILA SANTOS ARTIGAS..... 153
6. Unidades de conservação de proteção integral como zona rural: significado na Lei do SNUC (Lei 9.985/2000)
JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES E ARLINDO PHILLIPPI JÚNIOR.. 167
7. O tributo como instrumento de tutela do meio ambiente
LÍDIA MARIA L. R. RIBAS E VALBÉRIO NOBRE DE CARVALHO 185
8. Meio ambiente: a configuração dos riscos da modernidade e os direitos difusos
LUCIANE MARTINS DE ARAÚJO MASCARENHAS..... 205
9. Configuração e indenizabilidade de danos morais coletivos decorrentes de lesões a bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro
MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA..... 229

10. O direito da propriedade intelectual e a proteção da biodiversidade nacional
 PATRÍCIA LUCIANE DE CARVALHO..... 254
11. Soluções individuais de abastecimento de água e de destinação final de esgotos sanitários frente ao novo marco jurídico regulatório do saneamento básico
 RAFAEL DIOGO DIÓGENES LEMOS 270

II. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal

Meio ambiente – Compartilhamento-compensação ambiental – Contraprestação devida pela implantação de empreendimentos de significativo impacto ambiental – Ofensa aos princípios da legalidade e da separação dos Poderes – Inocorrência – Modo de financiamento previsto em lei – Inexistência de delegação do Poder Legislativo para o Executivo impor deveres aos administrados – Constitucionalidade do art. 36 da Lei 9.985/2000; Meio ambiente – Compartilhamento-compensação ambiental – Competência do órgão licenciador de fixar o *quantum* da contraprestação, de acordo com a postura do impacto ambiental, a ser definido mediante estudo prévio em que se assegurem o contraditório e a ampla defesa – Inconstitucionalidade da expressão “não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento”, contida no § 1.º do art. 36 da Lei 9.985/2000 – STF – ADIn 3.378/6/DF – Tribunal Pleno – m.v. – rel. Min. Carlos Ayres Britto 291

2. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Denúncia – Rejeição – Inadmissibilidade – Crime ambiental – Reforma, ampliação, instalação ou funcionamento, em qualquer parte do território nacional, de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes – Decisão fundada na não ocorrência do delito ou na inviabilidade da pretensão acusatória – Impossibilidade – Momento processual em que não se deve discutir em profundidade as questões de fato e de direito em que se funda o pedido – Necessida-

| | |
|---|-----|
| de, apenas, do preenchimento do requisitos do art. 41 do CPP – TJRS – ReCrim 71001913532 – Turma Recursal Criminal – v.u. – rel. Dra. Laís Ethel Corrêa Pias..... | 312 |
|---|-----|

III. SENTENÇA

| | |
|--|-----|
| 1. Ação civil pública. Farra do boi LUIZ FELIPE SIEGERT SCHUCH..... | 317 |
|--|-----|

IV. TRABALHOS FORENSES

| | |
|---|-----|
| 1. BR 319, a maior ameaça dos séculos XX e XXI à Amazônia brasileira: a indispensabilidade da participação popular CAROLINA MIRANDA DE OLIVEIRA E LUCIANA F. PORTAL LIMA GADELHA..... | 327 |
|---|-----|


| | |
|--|-----|
| NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES | 349 |
|--|-----|

Revista de **DIREITO CONSTITUCIONAL e Internacional**

Ano 17 • n. 66 • jan.-mar./ 2009

Diretora Geral e Coordenadora
MARIA GARCIA

Publicação oficial do
Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC

Repositório de Jurisprudência
autorizado pelo TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL da 5ª Região. 

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. A cláusula da reserva do financeiramente possível como instrumento de efetivação planejada dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais
 ANDERSON ROSA VAZ 9
2. A teoria da interpretação em Hans Kelsen
 ARNALDO BASTOS SANTOS NETO 39
3. História do controle de constitucionalidade de atos normativos: precedentes e definição da sua concepção moderna
 AUGUSTO CARLOS ROCHA DE LIMA 89
4. O conteúdo jurídico do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional: o direito de exigir uma prestação jurisdicional eficaz
 CALIL SIMÃO NETO 121
5. O custo dos direitos e a concretização dos direitos sociais
 CARLOS FLÁVIO VENÂNCIO MARCILIO 155
6. Transformação da Economia direcionada ao crescimento e ao alcance do progresso social, sob a égide da Constituição Federal de 1988
 DINAURA GODINHO PIMENTEL GOMES 170
7. Princípio da anualidade (ou anterioridade) eleitoral
 ERNANI CONTIPELLI 197
8. A gênese dos direitos fundamentais: teoria discursiva e princípio democrático
 MARIA CRISTINA VIDOTTE BLANCO TÁRREGGA E ANDERSON FERNANDES LOPES 209

9. O direito ao silêncio na Constituição de 1988 e a 5.^a Emenda à Constituição Norte-americana: uma cópia desconforme e a interpretação ajustada à Constituição
 MARIA GARCIA 227
10. Terminalidade da vida: a ortotanásia e a constitucionalidade da Res. CFM 1.805/2006
 RACHEL SZTJAN 245
11. Os pressupostos epistemológicos e filosóficos da gestão de políticas públicas no Estado Democrático de Direito: uma perspectiva habermasiana
 ROGÉRIO GESTA LEAL 258
12. Breves comentários ao princípio constitucional da solidariedade
 SÉRGIO MASSARU TAKOI..... 293
13. Terras tradicionalmente indígenas (?)
 TIAGO BANA FRANCO..... 311

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. El voto particular de d. Mariano Otero y el nacimiento del juicio de amparo en México: nota introductoria sobre los antecedentes del Juicio de Amparo
 FRANCISCO FERNÁNDEZ SEGADO 329
2. Publicidade e reconhecimento: a ética reconstrutiva do estado europeu
 SORAYA NOUR..... 346

III. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal

- Apelação – Ministério Público – Recurso exclusivo do *Parquet* – Sustentação oral – Inversão na ordem – Inadmissibilidade – Apresentação do representante do Órgão Ministerial que deve sempre preceder à da defesa – Violação ao princípios do contraditório e da ampla defesa – STF – HC 87.926-8/SP – Sessão Plenária – v.u. – rel. Min. Cezar Peluso..... 358

IV. RESENHAS

1. Wellington Pacheco Barros; Wellington Gabriel Zuchetto Barros. *A proporcionalidade como princípio de direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006
 ANGÉLICA PETIAN 376
 2. Galdino Luiz Ramos Júnior. *Princípios constitucionais do processo: visão crítica*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. 112p.
 DINARA DE ARRUDA OLIVEIRA 379
 3. Paulo Hamilton Siqueira Jr. *Direito processual constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2006
 MANUELLA SANTOS 381
- NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES 383

Revista de DIREITO CONSTITUCIONAL e Internacional

Ano 17 • n. 67 • abr.-jun./ 2009

Diretora Geral e Coordenadora

MARIA GARCIA

Publicação oficial do
Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC

Repositório de Jurisprudência
autorizado pelo TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL da 5ª Região. 

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

- | | |
|--|-----|
| 1. A democracia possível hoje CARLOS BASTIDE HORBACH | 7 |
| 2. Os direitos fundamentais e os direitos humanos: a fundamentalidade formal e a fundamentalidade material CÉLIA ROSENTHAL ZISMAN..... | 32 |
| 3. O controle da discricionariedade da Administração pelo princípio constitucional da proporcionalidade FLÁVIO JOSÉ ROMAN | 52 |
| 4. A concretização da norma por meio de <i>topoi</i> : possibilidade ou incongruência GISELLA MARTIGNAGO | 107 |
| 5. Direito a memória e reparação: da inclusão jurídica das pessoas perseguidas na ditadura militar brasileira IRENE PATRÍCIA NOHARA | 125 |
| 6. Novo perfil do Poder Judiciário brasileiro LUIZ ALBERTO G. S. ROCHA..... | 162 |
| 7. Os direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana aplicados às relações privadas LUIZ EDUARDO DE TOLEDO COELHO..... | 214 |
| 8. Fundamentalidade e direitos fundamentais: o § 2.º, art. 5.º da CF/1988. Direitos humanos e garantias fundamentais MARIA GARCIA | 244 |
| 9. O princípio da subsidiariedade e a dignidade da pessoa: bases para um novo federalismo THAIS NOVAES CAVALCANTI | 258 |

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Tratados internacionais no direito brasileiro e argentino
SUSANA CORDENONSI ANDREOLA..... 279
2. La “doctrine Gicquel”: le Conseil Constitutionnel, expression du pouvoir juridictionnel
THIERRY S. RENOUX 319

III. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal
Ação direta de inconstitucionalidade – Ensino superior – Universidade privada – Norma constitucional estadual que sujeita entidades privadas de ensino superior à supervisão pedagógica de conselho estadual de educação, no que tange à autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos – Inconstitucionalidade – Cursos superiores mantidos ou administrados por pessoas jurídicas de direito privado que estão sujeitos ao Sistema Federal de Ensino – Invasão da competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação – Violação ao disposto no art. 22, XXIV, da CF/1988 – STF – ADIn 2.501-5/MG – Sessão Plenária – v.u. e m.v. – rel. Min. Joaquim Barbosa 331

IV. RESENHAS

1. Gilberto Bercovici. *Constituição econômica e desenvolvimento*. São Paulo: Malheiros, 2005
BRUNO OLIVEIRA SILVA FERREIRA..... 355
2. Celso Lafer e Tércio Sampaio Ferraz Jr. (coord.). *Direito, política. Filosofia. Poesia. Estudos em homenagem ao Prof. Miguel Reale no seu 80 aniversário*. São Paulo: Saraiva, 1992
MARIA GARCIA 359

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES 363

Revista de

DIREITO BANCÁRIO E DO Mercado de Capitais

Ano 12 • n. 43 • jan.-mar. / 2009

Coordenação

ARNOLDO WALD

Publicação do

Instituto Brasileiro de Direito Comparado – IBDC

Repositório de Jurisprudência autorizado pelos
TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS das 1.ª, 4.ª e 5.ª Regiões.

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. A reforma do Sistema Judiciário no Brasil: elemento fundamental para garantir segurança jurídica ao investimento estrangeiro no Brasil
 GILMAR MENDES 9
2. A crise mundial e o mercado de capitais
 ERNANE GALVÊAS..... 17
3. O direito da crise e a nova dogmática
 ARNOLDO WALD..... 21
4. O Brasil pode – e deve – ser um centro financeiro internacional
 GILBERTO MIFANO 45
5. Consolidação das teses acerca de contratos bancários pela segunda seção do Superior Tribunal de Justiça: aplicação da lei de recursos repetitivos
 MARCUS VINÍCIUS VITA FERREIRA..... 48
6. A transformação da propriedade e a evolução das companhias no direito brasileiro
 ANDRÉ R. C. FONTES E ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO 53
7. Classificação de crédito (*rating*): 2.^a parte
 GIOVANNA MAZETTO GALLO 58
8. Nota sobre os ACCs na retomada das operações de recebimento antecipado de exportação de produtos agrícolas brasileiros
 CAMILLO SICHERLE 89
9. Ética e mercado
 JACY DE SOUZA MENDONÇA 100

10. Aspectos tributários e cambiais de investimentos no exterior
ROBERTO JUSTO E MARCELA ALBUQUERQUE RODRIGUEZ..... 110
11. As principais práticas de governança corporativa adotadas no mercado brasileiro em face do mercado internacional: 1.ª parte
ANDRÉ MARUCH..... 127

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Contracts spéciaux: le pacte de préférence
PIERRE-YVES GAUTIER..... 145
2. Crise financière: l'AMF hors la loi ... Pour la bonne cause
THIERRY BONNEAU..... 152

III. PARECERES

1. Da aquisição, por instituições financeiras de debêntures emitidas por empresas de arrendamento mercantil que sejam suas controladas. Interpretação da Lei 6.099/1974 e da regulamentação do Conselho Monetário Nacional sobre a matéria. Não configuração de ilicitude administrativa ou penal
ARNOLDO WALD..... 159
2. Planos econômicos
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO 203

IV. JURISPRUDÊNCIA

COMENTADA

1. Impetração de *habeas data* para obter informações de conta corrente – REsp 929.381/AL – 1.ª T. – STJ – rel. Min. Francisco Falcão
RODRIGO GARCIA DA FONSECA 215
2. Restituição de adiantamento de contrato de câmbio – MC 14.880/SP – 3.ª T. – STJ – rel. Min. Nancy Andrighi
LEANDRO AMORIM COUTINHO FONSECA..... 224

3. Indisponibilidade de bens dos ex-administradores de instituições financeiras (arts. 36 e 41 da Lei 6.024/1974) – AgIn 104780-1 – TJPE – rel. Des. Antenor Cardoso Soares Junior
 MARCUS VINÍCIUS VITA FERREIRA..... 233

ÍTEGRA

1. Supremo Tribunal Federal

- Equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão – Suspensão de liminar 274-1/PR – rel. Min. Gilmar Mendes..... 247

2. Superior Tribunal de Justiça

- Aquisição com deságio de moedas de privatização – REsp 781.471/RS – 4.ª T. – rel. Min. Aldir Passarinho Junior..... 254

3. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

- Correção monetária (Plano Verão) – ApCiv 2008.001.2862 – rel. Des. Roberto Felinto..... 274

- Correção monetária em aplicação financeira (Plano Verão) – EDcl na ApCiv 2008.001.2862 – rel. Des. Roberto Felinto.... 275

DECISÕES ADMINISTRATIVAS

1. Decisões do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional

- Prescrição em fundos de investimento – Recurso 9.255 – rel. Marcelo Pires Vieira 278

V. VISÃO DO CONTADOR

1. Intangível e realidade objetiva patrimonial

- ANTÔNIO LOPES DE SÁ..... 287

VI. NOTAS

1. Direito bancário e recursos repetitivos

- CARLOS HENRIQUE ABRÃO 307

2. IFRS. Principais desafios na preparação e interpretação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais (Deloitte). Seminário – São Paulo 30.10.2008 311

VII. MEMÓRIA DO DIREITO

1. INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL PELOS ACIONISTAS

J. X. CARVALHO DE MENDONÇA..... 312

VIII. LEGISLAÇÃO

1. Deliberação CVM 550, de 17 de outubro de 2008 – Dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos em nota explicativa às informações trimestrais – ITR

320

IX. TRABALHOS FORENSES

1. Cédula de Produto Rural. Cambial. Endosso do título. Impossibilidade de oposição ao endossatário das exceções relativas ao negócio original. CPR emitida sem prévio financiamento. Requisito não exigido pela Lei 8.929/1994. Inexistência de nulidade. AgIn 117741-08 – TJMT

ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD E RODRIGO RIBEIRO FLEURY... 326

X. RESENHAS

1. Eduardo Takemi Kataoka. *A coligação contratual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008 – resenha por

ARNOLDO WALD..... 342

2. Daniel Krepel Goldberg (org.). *Sistema financeiro: o desafio da concorrência*. São Paulo: Singular, 2008. 164p. – resenha por

LEANDRO AMORIM COUTINHO FONSECA..... 348

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 352

Revista de

DIREITO BANCÁRIO E DO Mercado de Capitais

Ano 12 • n. 44 • abr.-jun. / 2009

Coordenação

ARNOLDO WALD

Publicação do

Instituto Brasileiro de Direito Comparado – IBDC

Repositório de Jurisprudência autorizado pelos
TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS das 1.ª, 4.ª e 5.ª Regiões.

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

- | | |
|--|-----|
| 1. Direito do consumidor: visão empresarial ANTONIO CARLOS ESTEVES TORRES | 9 |
| 2. Um novo instrumento constitucional: a ADPF (a ADPF como instrumento da segurança jurídica) ARNOLDO WALD..... | 39 |
| 3. A revisão judicial de taxas de juros em contratos bancários sob a perspectiva da sinéptica: <i>fiat justitia pereat mundus?</i> FABIANO JANTALIA..... | 46 |
| 4. Os derivativos e a desvalorização do Real em 2008 FÁBIO ULHOA COELHO..... | 75 |
| 5. O contrato bancário e a função social GUSTAVO PENNA MARINHO DE ABREU LIMA..... | 90 |
| 6. A definição do(s) mercado(s) relevante(s) entre instituições financeiras para fins de defesa da concorrência LEOPOLDO UBIRATAN CARREIRO PAGOTTO | 97 |
| 7. Transparência e segurança jurídica GABRIELLA MARANESI NAJJAR | 118 |
| 8. As principais práticas de governança corporativa adotadas no mercado brasileiro em face do mercado internacional (2. ^a e última parte) ANDRÉ MARUCH | 126 |
| 9. Julgamento da tese relativa à correção dos indébitos ban- cários MARCUS VINÍCIUS VITA FERREIRA..... | 157 |

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. La responsabilité des intervenants dans le cadre d'une introduction en bourse (bilan des décisions récentes de l'AMF sur les banquiers, émetteurs et commissaires aux comptes)
EYAL CHVIKA 161
2. Lutte contre la spéculation: le retour (inefficace) aux veilles recettes
HUBERT DE VAUPLANE 188

III. PARECERES

1. Inflação nas décadas de 80 e 90 e os planos de estabilização
ERNESTO MOREIRA GUEDES FILHO E CARLA ROSSI 193
2. Planos econômicos
SAULO RAMOS 260

IV. JURISPRUDÊNCIA

Comentada

1. Prisão civil em execução fiscal. Inadmissibilidade – HC 93.435.8/MG – STF – rel. Min. Cezar Peluso
EVANDRO CATUNDA 287
2. Fixação de taxa de administração em consórcio de bens móveis – EDiv em REsp 927.379/RS – STJ – rel. Min. Fernando Gonçalves
GLAUBER MORENO TALAVERA 297
3. Cédula de produtor rural – AgIn 117.741.08 – TJMT – rela. Des. Maria Helena G. Póvoas
IVO WAISBERG 321

Íntegra

1. Superior Tribunal de Justiça
Ação de indenização em razão de desconto indevido de encargos e taxas bancárias de conta-corren-

| | |
|---|-----|
| te de cliente – REsp 1.087.999/MG – rel. Min. <i>Carlos Fernando Mathias</i> | 335 |
| Concessão de patente – MC 15.210/RJ – rel. Min. <i>Fernando Gonçalves</i> | 340 |
| 2. Tribunal Regional Federal da 1ª Região | |
| Licitação de Serviço de Telefonia Fixo Comutado – STFC e de Serviço de acesso remoto à Internet (Tecnologia “Wimax”) – RE no AgIn 2006.01.00.036695-6/DF; REsp no AgIn 2006.01.00.036695-6/DF | 342 |
| 3. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina | |
| Contrato de swap – AgIn 2008.073295-0 – rel. Des. <i>Paulo Henrique Moritz Martins da Silva</i> | 345 |
| 4. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo | |
| Cessão fiduciária de créditos na recuperação judicial – AgIn 585.273.4/7-00 – rel. <i>Romeu Ricupero</i> | 350 |
| 5. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro | |
| Perdas em fundos de investimentos decorrentes de mudança de política cambial – ApCiv 2007.001.69503 – 15ª Câm. Civ. – rel. Des. <i>Ricardo Rodrigues Cardozo</i> | 359 |

V. TRABALHOS FORENSES

| | |
|--|-----|
| 1. Planos econômicos | |
| FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA E LUIZ RIBEIRO DE ANDRADE | 365 |

VI. RESENHAS

| | |
|---|-----|
| 1. Carlos Alberto Hagström. <i>Comentários à Lei do Sigilo Bancário: Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001</i> . Porto Alegre: SafE, 2009. 623p. – resenha por ARNOLDO WALD | 385 |
| 2. Celso Lafer. <i>A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira – Passado, presente e futuro</i> . São Paulo: Perspectiva, 2001. 126p. – resenha por LUÍS RODOLFO CRUZ E CREUZ | 388 |
| 3. Ronaldo Vasconcelos. <i>Direito processual falimentar – De acordo com a Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005</i> . São Paulo: Quartier Latin, 2008 – resenha por MARICÉ GIANNICO | 393 |

4. Nelson Abrão. *Direito bancário*. 12. ed. atual. e ampl. Juiz Carlos Henrique Abrão. São Paulo: Saraiva, 2009. 602p.
– resenha por

LEANDRO AMORIM C. FONSECA..... 395

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 397

Revista de

**DIREITO
BANCÁRIO E DO
Mercado de Capitais**

Ano 12 • n. 45 • jul.-set. / 2009

Coordenação

ARNOLDO WALD

Publicação do

Instituto Brasileiro de Direito Comparado

Repositório de Jurisprudência autorizado pelos
TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS das 1.ª, 4.ª e 5.ª Regiões.

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

- | | |
|--|-----|
| 1. O Plano Real e o Judiciário ARNOLDO WALD..... | 9 |
| 2. A cobrança de juros sobre juros pelas instituições finan- ceiras FLÁVIO JOSÉ ROMAN | 16 |
| 3. O cadastro positivo e a proteção dos dados pessoais do consumidor SILVÂNIO COVAS..... | 31 |
| 4. Cartão de crédito. Ações propostas contra as empresas ti- tulares das marcas (bandeiras). Ilegitimidade passiva MARCO ANTONIO IBRAHIM..... | 60 |
| 5. O credor fiduciário e a recuperação de empresas SAMIRA OTTO..... | 67 |
| 6. Uma proposta de leitura funcional do direito societário: limites, objetivos e a tutela da informação no mercado de capitais CAETANO PENNA FRANCO ALTAFIN RODRIGUES DA CUNHA..... | 79 |
| 7. Questões atuais envolvendo o <i>insider trading</i> AMANDA TAYAR DUARTE DIAS..... | 121 |
| 8. A cláusula MAC (<i>Material Adverse Change</i>) em contratos de M&A no direito comparado (EUA e Reino Unido) PEDRO SANTOS CRUZ..... | 149 |

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. The crisis: it's about paper and not bubbles
HERNANDO DE SOTO..... 183
2. Inovação financeira e produtos derivativos (Parte I)
JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES 187
3. Valeurs mobilières et titres financiers en droit français
THIERRY BONNEAU..... 197

III. PARECERES

1. Sociedade anônima. Reorganização societária. Alienação de ações. Alienação de controle direta e indireta: incoerência. Inaplicabilidade do art. 254-A da Lei das Sociedades Anônimas
JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO..... 207

IV. JURISPRUDÊNCIA

Comentada

1. Da consolidação da tese do juízo universal da recuperação judicial – CComp 101.552/AL – rel. Min. *Carlos Fernando Mathias*
MARCUS VINÍCIUS VITA FERREIRA..... 225
2. Efeitos do contrato em relação a terceiros – REsp 468.062-CE – 2.ª T. – rel. Min. *Humberto Martins*
WILLIE CUNHA MENDES TAVARES 234
3. Arrendamento mercantil. Ação consignatória cumulada com pedido de resolução de contrato movida contra o banco financiador. Fundamento alusivo a defeito de fabricação no veículo. Ilegitimidade passiva – REsp 444.699-MA – 4.ª T. – rel. Min. *Aldir Passarinho Junior*
LEANDRO AMORIM C. FONSECA..... 251

Íntegra

1. Supremo Tribunal Federal
Plano Real. Conversão de benefícios previdenciários em URV. Constitucionalidade. Violação aos princípios do direito adquirido, da preservação do valor real

dos benefícios e da sua irredutibilidade. Inocorrência – ADIn 2.536-8-DF – Pleno – rel. Min. Cármen Lúcia 258

2. Superior Tribunal de Justiça

Automóvel usado adquirido mediante financiamento com cláusula de alienação fiduciária, sem registro no Detran. Multas e impostos não pagos pelo mutuário após a compra e venda. Ação cominatória ajuizada pelo antigo proprietário contra o banco, com a finalidade de reaver os valores não pagos pelo adquirente. Ilegitimidade passiva *ad causam* – REsp 1.025.928-RS – 3.ª T. – rel. Min. Massami Uyeda.... 266

Confissão de dívida. Instrumento particular assinado pelo devedor e duas testemunhas. Título executivo. Caracterização, independentemente da apresentação das notas promissórias a ele vinculadas – REsp. 235.973-SP – 4.ª T. – rel. Min. Luis Felipe Salomão..... 270

3. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Mercado de derivativos. *Swap*. Desvalorização do real. Teoria da imprevisão. Inaplicabilidade – AgIn 7317620-6 – 24.ª Câmara de Direito Privado – rel. Jacob Valente 275

4. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Entidade fechada de previdência privada. Aplicação em fundo de investimento de renda variável. Inexistência de relação de consumo. Desvalorização substancial das cotas por modificação da política cambial. Ressarcimento, pelo administrador do fundo, do prejuízo do investidor. Impossibilidade. ApCív 2008.001.18099 – 5.ª Câmara Cível – rel. Des. Antonio Saldanha Palheiro 279

Decisões Administrativas

1. Primeiro Conselho de Contribuintes

Imposto de renda na fonte. Remessa de juros decorrentes de *eurobonds (floating rate notes)*. Agente pagador residente no Japão. Tratado Brasil-Japão. Aplicabilidade – Recurso Voluntário 148.618 – 2.ª Câmara – rel. Conselheiro Alexandre Naoki Nishioka..... 286

V. VISÃO DO ECONOMISTA

1. Desindexação da economia: fundamentos

GUSTAVO MORAES STOLAGLI..... 307

VI. NOTAS

1. A Instrução CVM 476 e as ofertas públicas com esforços restritos
VALDIR CARLOS PEREIRA FILHO E TAIMI HAENSEL 333

VII. MEMÓRIA DO DIREITO

1. Do juro do dinheiro
RUY CIRNE LIMA 345

VIII. LEGISLAÇÃO

1. Parecer de Orientação CVM 36, de 23.06.2009 359

IX. TRABALHOS FORENSES

1. Contrato de *swap* com verificações de dólar. Registro na CETIP. Contestação apresentada em ação declaratória de inexistência das verificações intermediárias
ANDRÉ DE LUIZI CORREIA E JÚLIA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA 361

X. RESENHAS

1. Henrique Altemani de Oliveira. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005. 291p. – resenha por
LUÍS RODOLFO CRUZ E CREUZ 389
2. Henrique Cunha Barbosa. *A exclusão do acionista controlador na sociedade anônima*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 176p. – resenha por
GIOVANNA MAZETTO GALLO 392
3. Rubens Miranda de Carvalho. *Transação tributária, arbitragem e outras formas convencionais de solução de lides tributárias*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008. 217p. – resenha por
SUZANA SOARES MELO 394

Revista de DIREITO PRIVADO

Ano 10 • n. 37 • jan.-mar./ 2009

Coordenação
NELSON NERY JR.
ROSA MARIA DE ANDRADE NERY

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

- | | |
|--|-----|
| 1. A atuação do juiz na interpretação e integração dos contratos ANDRÉ NICOLAU HEINEMANN FILHO | 9 |
| 2. Limites sobre a atividade judicial na aplicação das normas abertas do Código Civil: critérios para análise de sentenças determinativas AUGUSTO PASSAMANI BUFULIN | 27 |
| 3. Breves notas sobre a evolução histórica da teoria da imprevisão e da quebra da base objetiva DANIELE DE LIMA DE OLIVEIRA..... | 41 |
| 4. A concepção de sistema na dogmática de direito privado: o tom da efetividade social enquanto perspectiva metodológica do atual direito de obrigações FELIPE RAMINELLI LEONARDI | 70 |
| 5. Cirurgia plástica estética: natureza da obrigação do cirurgião JOANA GRAEFF-MARTINS | 105 |
| 6. Princípios norteadores da intervenção judicial no contrato normas abertas <i>versus</i> segurança jurídica LUCIANO FELIX DO AMARAL E SILVA | 130 |
| 7. As cláusulas gerais e os princípios gerais de direito LUÍS GUSTAVO DE PAIVA LEÃO | 148 |
| 8. O sistema no âmbito do direito privado MARIA AMÉLIA LISBÃO SENRA..... | 169 |
| 9. A Constituição e o Código Civil: reflexões sobre a eficácia dos direitos fundamentais | |

| | | |
|-----|---|-----|
| | PEDRO PAULO BARRADAS BARATA | 185 |
| 10. | Perfis dos conceitos de bens jurídicos | |
| | REGINA VERA VILLAS BOAS..... | 209 |
| 11. | A intervenção do juiz na interpretação e integração do negócio jurídico | |
| | RODNEY MALVEIRA DA SILVA | 242 |
| 12. | Algumas considerações sobre o perfil atual do direito de obrigações | |
| | THIAGO RODOVALHO DOS SANTOS..... | 258 |

II. PARECERES

1. Alienação do poder de controle em sociedades limitadas como compra e venda mercantil. Compra e venda entre ascendentes e descendentes. Nulidade e anulabilidade. Negócios indiretos, simulação e fraude à lei. Semelhanças e distinções entre as figuras. Negócios jurídicos com interpostas pessoas. Prescrição e decadência. Sua função e inexistência no caso concreto. Ações declaratórias, condenatórias e constitutivas e os critérios de determinação de sua extinção pelo decurso de prazo
NELSON NERY JUNIOR

273

III. JURISPRUDÊNCIA

1. Superior Tribunal de Justiça

Contrato de financiamento – Cláusulas livremente pactuadas – Juros remuneratórios – Revisão – Admissibilidade, se for reconhecida sua abusividade; Comissão de permanência – Inadmissibilidade – Constatação de juros moratórios e multa no período de inadimplência pelo juiz *a quo* que transitou em julgado – Apreciação de parcela pelo juiz ad quem que obrigaria nova análise dos referidos encargos, incorrendo-se, assim, na *reformatio in pejus*; Contrato de financiamento – Inadimplemento – Inocorrência – Cobrança de créditos realizada com acréscimos indevidos que afasta a mora do devedor – Dificuldade de pagamento que impede a pontualidade na satisfação da obrigação; Cadastro de inadimplência – Remoção da negativação nos bancos de dados – Admissibilidade, somente se for demonstrado que o quantum discutido na ação instaurada reflete efeti-

- vamente no valor devido e, conjuntamente, for depositada ou caucionada à parte incontroversa do débito; Ação possessória – Manutenção na posse – Inadmissibilidade – Devedor que não estando em mora inviabilizaria o meio processual de defesa; Repetição do indébito – Admissibilidade, somente se utilizada em sua forma simples e for verificada a cobrança de encargos ilegais; Agravo de instrumento – Discussão de matéria sedimentada – Litigância de má-fé – Caracterização – Condenação do agravante ao pagamento de multa que se impõe – Inteligência do art. 557, § 2.º, do CPC – STJ – AgRg no REsp 1.025.842/RS – 4.ª T. – v.u. – rel. Min. Aldir Passarinho Junior 321
- Denúncia – Inépcia – Ocorrência – Crime ambiental – Dano direto ou indireto causado em áreas de conservação – Peça vestibular que não descreve de forma clara e precisa como o corte de mata ciliar em formação vincula-se a conduta do agente – Presunção que se baseia unicamente na propriedade do imóvel pelo réu – Princípio da ampla defesa que se impõe – Inteligência do art. 41 do CPP – STJ – HC 86.259/MG – 5.ª T. – v.u. – rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho 326
- Legitimidade passiva *ad causam* – Ação declaratória – Duplicata – Inexigibilidade de título – Demanda proposta contra banco, que levou a protesto cártula sem aceite, recebido mediante endosso translativo – Admissibilidade – Legitimação da instituição financeira para figurar no pólo passivo da ação – Ônus sucumbenciais que ficam ao encargo desta ante o reconhecimento de sua responsabilidade no protesto de título recebido, sem as devidas cautelas – STJ – REsp 204.377/SP – 4.ª T. – v.u. – rel. Min. Luis Felipe Salomão 332
- Transação – Desocupação de imóvel por pagamento de benfeitorias – Valor exorbitante pelas acessões que impede pagamento de proprietário – Utilização da coisa retida indefinidamente que constituiria abuso de direito – Pagamento de indenização pelo uso do bem, a título de contra-prestação, que se impõe – STJ – REsp 613.387/MG – 3.ª T. – m.v. – rel. Min. Nancy Andrichi 336
- Responsabilidade civil do Estado – Dano ambiental – Meio ambiente – Indenização – Reparação de danos – Poluição decorrente de atividades extrativas de carvão mineral – União que tem o dever de fiscalizar tais atividades, de forma que elas sejam equalizadas à conservação ambiental – Responsabilidade que é subjetiva, mesmo em se tratando de dano ambiental ante o comportamento omissivo do ente estatal – Avaliação da ilicitude provocada sob a perspecti-

- va de que o este deveria ter agido conforme a lei – Verba devida; Dano ambiental – Meio ambiente – Indenização – Reparação de danos – Poluição decorrente de atividades extrativas de carvão mineral – Degradação ocorrida em diferentes locais ocasionadas por diversas empresas – Impossibilidade de atribuição da responsabilidade solidária, ainda que contíguas tais ocorrências adotando-se apenas o critério geográfico – Ausência do nexo causal entre o dano ocorrido em um determinado local por atividade poluidora realizada em outro; Desconsideração da personalidade jurídica – Inaplicabilidade – Reparação de danos – Indenização – Dano ambiental – Ausência de caracterização de abuso da personalização societária, em relação à poluição perpetrada, mas sim grande descaso com o patrimônio público – Inexistência de obstáculo á reparação buscada, tendo sido apurada a iniciação dos trabalhos de recuperação; Reparação de danos – Indenização – Dano ambiental – Poluição decorrente de atividades extrativas de carvão mineral – Responsabilidade dos sócios administradores pelo cumprimento da obrigação, na qualidade de responsáveis em nome próprio e solidariamente com os entes administrados, na modalidade subsidiária – Inteligência dos arts. 3.º, IV, 14, § 1.º, da Lei. 6.938/1981 – STJ – REsp 647.493/SC – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. João Otávio de Noronha..... 345
- Juros – Cédula de crédito comercial – Limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano – Admissibilidade – Omissão do Conselho Monetário Nacional em fixar as taxas de juros aplicáveis ao título, conforme disposição legal – Prevalência do disposto na Lei de Usura, que veda a cobrança de juros em percentual superior – Inaplicabilidade da Súm. 596 do STF – Inteligência do art. 1.º, caput, Dec. 22.626/1933; Juros – Capitalização mensal – Inadmissibilidade – Inexistência de cláusulas pactuadas entre as partes – Revisão do posicionamento adotado que esbarra no óbice contido em enunciado sumular nesta Corte – Inteligência das Súmulas 05 e 93 do STJ – STJ – AgRg no REsp 719.065/RS – 4.ª T. – v.u. – rel. Min. Fernando Gonçalves..... 367
- Desapropriação – Retrocessão – Inadmissibilidade – Criação de Parque Ecológico previsto substituído por outro interesse público – Administração pública que, ao dar nova destinação a decreto expropriatório, não incorre em desvio de finalidade – STJ – REsp 868.120/SP – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Luiz Fux... 370
- NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 381

Revista de
**DIREITO
PRIVADO**

Ano 10 • n. 38 • abr.-jun./ 2009

Coordenação

NELSON NERY JR.

ROSA MARIA DE ANDRADE NERY

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

- | | |
|---|-----|
| 1. A visão sistêmica e o poder regulamentar do Conama nas Resoluções 302 e 303: uma análise da divergência doutrinária ALESSANDER MARCONDES FRANÇA RAMOS..... | 9 |
| 2. Reflexões sobre a dignidade da pessoa humana DANIEL FERNANDO BONDARENCO ZAJARKIEWICCH | 47 |
| 3. O Ministério Público do Trabalho no combate às cooperativas de intermediação de mão-de-obra ERICH VINICIUS SCHRAMM | 63 |
| 4. Transgênicos: alguns aspectos FLÁVIA BATISTA VIANA | 120 |
| 5. Contrato. Interpretação. Princípio da boa-fé. Teoria do ato próprio ou da vedação do comportamento contraditório HUMBERTO THEODORO JÚNIOR E JULIANA CORDEIRO DE FARIA.... | 149 |
| 6. Dano moral coletivo e os serviços de transporte de passageiros MORGANA BRAZ DE SIQUEIRA CORRÊA..... | 176 |
| 7. As funções da boa-fé objetiva na relação obrigacional MURILO REZENDE DOS SANTOS..... | 204 |
| 8. Instrumento de criação e evolução do direito para o acesso à Justiça RENATA FERRAZ RIBEIRO ALMADA | 264 |
| 9. O direito de arrependimento no Código de Defesa do Consumidor WINSTON NEIL BEZERRA DE ALENCAR..... | 287 |

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. El divorcio administrativo en el Perú: la vía notarial y municipal para disolver el matrimonio
 ENRIQUE VARSÍ ROSPIGLIOSI 311

III. PARECERES

1. Honorários de advogado: contrato escrito e contrato verbal. Ação de cobrança: inadmissibilidade para o contrato verbal
 NELSON NERY JUNIOR 330

IV. JURISPRUDÊNCIA

1. Superior Tribunal de Justiça

Seguro-saúde – Ação indenizatória c/c nulidade de termo aditivo – Segurado e seus familiares que são obrigados a assinarem aditivo contratual durante procedimento cirúrgico, para gozar de cobertura securitária ampliada – Alegado estado de perigo, já que a pessoa estava sendo operada, que não é suficiente para a concessão do pedido – Necessidade de demonstração da ocorrência de onerosidade excessiva para anulação do negócio jurídico – Configuração caso o valor seja excessivamente superior ao preço de mercado para apólice equivalente, se o prêmio é demasiado face às suas possibilidades econômicas, ou se sua apólice anterior já o assegurava contra o risco e a assinatura de novo contrato era desnecessária; Seguro-saúde – Ação indenizatória c/c nulidade de termo aditivo – Segurado e seus familiares que são obrigados a assinarem aditivo contratual durante procedimento cirúrgico, para gozar de cobertura securitária ampliada – Recusa por parte da seguradora no pagamento do valor de próteses necessárias ao restabelecimento da saúde do segurado – Cláusula abusiva, mesmo para contratos celebrados anteriormente à Lei 9.656/1998 – Onerosidade excessiva quando o aderente é levado a pagar maior valor por cobertura securitária da qual já gozava, revelando-se desnecessária a assinatura de aditivo contratual – Verba devida; Seguro-saúde – Ação indenizatória – Segurado e seus familiares que são obrigados a assinarem aditivo contratual durante procedimento cirúrgico, para gozar de cobertura securitária ampliada – Direito subjetivo assegurado em contrato – Impossibilidade de subtração

do procedimento, ante sua finalidade precípua estando o mesmo incluso na cobertura securitária – Ilegitimidade da exigência de que o segurado se submeta a cirurgia, mas não instale as próteses necessárias para a plena recuperação de sua saúde; Seguro-saúde – Dano moral – Ação indenizatória – Recusa por parte da seguradora no pagamento de próteses necessárias ao restabelecimento da saúde do segurado – Acontecimento que agrava a situação de aflição psicológica e de angústia do paciente – Segurado que ao pedir a autorização já se encontra em condição de dor, abalo psíquico e com a saúde debilitada – Verba devida – STJ – 918.392/RN – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. Nancy Andrighi 363

Ilegitimidade passiva *ad causam* – Ação declaratória – Duplicata – Anulação de título e cancelamento de protesto – Demanda proposta contra banco que protestou título de crédito recebido por endosso-mandato, após aviso efetuado pelo sacado da falta de origem do título – Inadmissibilidade – Endossatário que só responde pelos danos causados por sua atuação, quando exceder culposamente os poderes recebidos do mandante – Circunstância em que tal comunicação não produz efeitos em relação ao mandatário o qual deve obedecer apenas ao mandante – STJ – REsp 921.495/SP – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. Humberto Gomes de Barros 372

Locação – Fiança – Responsabilidade da fiadora – Admissibilidade – Avença entre as partes que, contendo cláusula expressa garantindo o contrato até a entrega efetiva do imóvel, obriga seu cumprimento – Irrelevância do contrato locatício ser realizado sob a égide da Lei 6.649/1979 – STJ – EDcl no REsp 951.553/RJ – 5.ª T. – v.u. – rel. Min. Arnaldo Esteves Lima 375

Execução fiscal – Penhora – Títulos nominados de obrigações ao portador – Inadmissibilidade – Impossibilidade de aceitação para garantia do juízo, já que não possuem liquidez imediata e cotação em bolsa de valores – STJ – AgRg no REsp 987.249/RS – 1.ª T. – v.u. – rel. Min José Delgado... 378

Responsabilidade objetiva – Meio ambiente – Dano ambiental – Reparação de danos – Implementação de projetos de Carcinicultura em manguezal – Licença para a exploração de atividade econômica em zona ambiental, concedida por ente público, sem as exigências legais – Responde solidariamente com os poluidores pela recuperação do eco sistema, tanto o órgão público que concedeu a permissão, como aquele que se omitiu na fiscalização; Obrigação de fazer – Reparação de danos – Meio ambiente – Dano ambiental

- Implementação de projetos de Carcinicultura em manguezal – Comprovação do grave dano causado a área de preservação permanente de modo abusivo – Imprescindível recomposição de importante limite degradado do mangue que se impõe; Recurso extraordinário – Não conhecimento
- Deficiência de fundamentação – Alegada afronta ao devido processo legal – Impossibilidade de compreensão exata da controvérsia – Ausência de indicação do dispositivo federal que teria sido violado – Inteligência da Súm. 284 do STF; Meio ambiente – Dano ambiental – Reparação de danos
- Ocorrência – Implementação de projetos de Carcinicultura em manguezal – Área considerada de proteção ambiental – Instalação, em seu meio, de atividades que, comprovadamente, afeta a estrutura tradicional da natureza – STJ
- REsp 997.538/RN – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. José Delgado ... 381

Revista de **DIREITO DO CONSUMIDOR**

Ano 18 • n. 69 • jan.-mar./ 2009

Publicação oficial do
BRASILCON
Instituto Brasileiro de Política
e Direito do Consumidor

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. O dever de informação nos contratos de crédito ao consumo em direito comparado francês e brasileiro: a sanção para a falta de informação dos juros remuneratórios
 CLARISSA COSTA DE LIMA 9
2. Uma introdução ao direito brasileiro do consumidor
 FERNANDO COSTA DE AZEVEDO 32
3. Novas regras do serviço de atendimento telefônico ao consumidor
 MARIA STELLA GREGORI 87
4. Questões processuais em lides de consumo
 ROGÉRIO ZUEL GOMES 102

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. El sobreendeudamiento y la protección de los consumidores en el concurso de acreedores en España: una regulación fallida
 VICENTE GOZALO LÓPEZ 141

III. JURISPRUDÊNCIA

ÍTEGRA

Superior Tribunal de Justiça

- Seguro-saúde – Cláusula abusiva – Nulidade – Ocorrência – Reembolso de despesas médico-hospitalares – Exclusão de cobertura de despesas realizadas com tratamento de displasia mamária e doenças fibrocísticas da mama – Inadmissibilidade – Procedimento essencial para garantir a saúde e a vida do segurado – STJ – REsp 183.719/SP – 4.^a T. – v.u. – rel. Min. *Luis Felipe Salomão* 160

- Prestação de serviços – Ação indenizatória – Dano moral – Bloco carnavalesco – Morte de menor em bloco participante de “micareta” – Ingresso de pessoa portando arma de fogo – Serviço de segurança, principal atrativo do evento, comprovadamente defeituoso – Verba devida – Inteligência do art. 14, § 1.º, da Lei 8.078/1990 – STJ – REsp 878.265/PB – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. *Nancy Andrighi* 167
- Estabelecimento de ensino – Curso superior – Repetição de indébito – Cobrança a maior de horas-aula dos que a efetivamente ministradas – Restituição dos valores indevidos que se impõe – Devolução, no entanto, que deve dar-se de forma simples e não e dobro, já que não há cobrança de dívida nem qualquer espécie de cobrança ofensiva – Inteligência do art. 42, parágrafo único, da Lei 8.078/1990 – STJ – REsp 893.648/SC – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. *Nancy Andrighi* 172

2. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

- Dano moral – Ação indenizatória – Consumidor – Estabelecimento comercial – Propaganda enganosa – Loja de departamento que anuncia a possibilidade de efetuar compras com parcelamento sem entrada – Cliente que, na hora de efetuar o crediário, foi informado da obrigatoriedade do pagamento de uma entrada – Situação que causou constrangimento e vexame ao consumidor, que não pode levar as mercadorias escolhidas – Dever de informação não observado pelo estabelecimento – Verba devida – TJRS – ApCiv 70024393985 – 10.ª Câm. Civ. – v.u. – rel. Des. *Luiz Ary Vessini de Lima* 177
- Consumidor – Ação indenizatória – Dano moral – Existência de partes de inseto no interior de garrafa de refrigerante – Conteúdo parcialmente ingerido – Irrelevância de o fato não ter ocasionado problemas de saúde aos consumidores da bebida – Fornecedor que tem o dever de zelar pela qualidade de seu produto – Verba devida – TJRS – ApCiv 70024087181 – 9.ª Câm. Civ. – v.u. – rel. Des. *Odone Sanguiné* 181

IV. ESPECIAL SOBRE RECURSOS REPETITIVOS

1. Nota de esclarecimento (REsp 1.061.530)
LEONARDO ROSCOE BESSA E WALTER MOURA 187

2. Juros remuneratórios. Capitalização de juros. Comissão de permanência. Encargos moratórios. Inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito
 KARINA BOZOLA GROU; MARIA ELISA CESAR NOVAIS; ANDREA LAZZARINI SALAZAR; ALESSANDRO GIANELI; IONE ALVES AMORIM; GUSTAVO MARINS CORTEZ 193
3. Capitalização de juros em contratos de financiamento ajustados com consumidores
 CRISTIANO HEINECK SCHMITT 242
4. Contratos de financiamento de veículos na modalidade de alienação fiduciária em garantia. Reconhecimento ou não de recurso repetitivo
 WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA..... 261
5. Capitalização de juros. Proteção ao consumidor. Juros abusivos praticados por instituições financeiras
 PAULA CRISTINA RIGUEIRO BARBOSA ENGLER PINTO, VALTER FARID ANTONIO JUNIOR, MARIA BERNADETE BOLSONI PITTON..... 279
6. Abusividade das taxas de juros remuneratórios. Onerosidade excessiva. Memoriais ao REsp 1061530-RS
 KARINA BOZOLA GROU, WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA E JULIANA FERREIRA..... 305
7. Capitalização dos juros. Limitação da taxa de juros remuneratórios nos Contratos bancários. Memoriais do Procon-SP ao Resp 1061530-RS
 ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER, PAULA CRISTINA RIGUEIRO BARBOSA ENGLER PINTO E VALTER FARID ANTONIO JUNIOR 317
8. Ação revisional. Negócios jurídicos bancários. Alienação fiduciária. Incidente processual de apreciação e julgamento de recursos com fundamento em recursos repetitivos. Parecer.
 AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS 321

V. RESENHAS

- Karl Riesenhuber (org.). *Metodologia Européia: manual para formação e prática*. Ed. De Gruyter, 2006
 CARL FRIEDRICH NORDMEIER E LISIANE FEITEN WINGERT ODY 385

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES 397

Revista de **DIREITO DO CONSUMIDOR**

Ano 18 • n. 70 • abr.-jun./ 2009

Publicação oficial do
BRASILCON
Instituto Brasileiro de Política
e Direito do Consumidor

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. O contrato de consórcio e o direito do consumidor, após a vigência da Lei 11.795/2008
ALEXANDRE DAVID Malfatti 9
2. Responsabilidade por danos na sociedade de informação e proteção do consumidor: desafios atuais da regulação jurídica da internet
BRUNO MIRAGEM..... 41
3. O consumidor “depositário infiel”, os tratados de direitos humanos e o necessário diálogo das fontes nacionais e internacionais: a primazia da norma mais favorável ao consumidor
CLAUDIA LIMA MARQUES E VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI 93
4. A “hipervulnerabilidade” do consumidor idoso
CRISTIANO HEINECK SCHMITT 139
5. O princípio da precaução e sua aplicação no direito do consumidor: dever de informação
IVAR ALBERTO MARTINS HARTMANN 172
6. O público, o privado e o direito do consumidor: loteamentos, empréstimos consignados na folha de servidores públicos, autorização para a impressão de documentos fiscais e outras relações de consumo
PAULO VALÉRIO DAL PAI MORAES E MÁRCIO DE CAMILLIS..... 236

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. A garantia de conformidade: variações francesas quanto à preservação das particularidades nacionais e à integração comunitária
SÉBASTIEN PIMONT 301

III. JURISPRUDÊNCIA

Íntegra

1. Superior Tribunal de Justiça
- Seguro-saúde – Cláusula contratual abusiva – Ocorrência – Exclusão de cobertura de despesas médico-hospitalares no tratamento de displasia mamária e doenças fibrocísticas da mama – Inadmissibilidade – Procedimento essencial para garantir a saúde e, em alguns casos, até a vida do segurado – Aplicação da Súmula 302 do STJ – STJ – REsp 183.719/SP – 4.ª T. – v.u. – rel. Min. *Luis Felipe Salomão* 323
- Ilegitimidade *ad causam* – Ação individual proposta por associação, na qualidade de representante de um único consumidor associado – Inadmissibilidade – Possibilidade, no entanto, de prosseguimento do feito em nome do consumidor, se este outorgou procuração a uma advogada da associação; Competência – Eleição de foro – Consumidor – Escolha aleatória de local diverso do domicílio do autor da pretensão ou do domicílio do réu para ajuizamento do feito – Inadmissibilidade – STJ – REsp 1.084.036/MG – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. *Nancy Andrighi* 330
2. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
- Responsabilidade civil – Indenização – Dano moral – Consumidor – Aquisição de produto alimentício contendo fio plástico em seu interior – Ruptura da relação de confiança entre o adquirente e o fornecedor do produto – Prognóstico de baixa lesividade do evento que não retira o dever de indenizar do fabricante – Verba devida – TJRS – ApCiv 70025754565 – 5.ª Câmara – v.u. – rel. Des. *Umberto Guaspari Sudbrack* 336

IV. TRABALHOS FORENSES

1. Ação civil pública. Prestação de serviço de energia elétrica. Interrupção do serviço pelo fornecedor por alegada irregularidade em medidor. Apuração unilateral. Débito anterior e suspeito cobrado numa única fatura. Resolução 456/2000/ANEEL. Abusividade e atentado à continuidade do serviço público e à dignidade da pessoa do consumidor. Meios vexatórios. Obrigação de não fazer (abster-se da prática atentatória) e obrigação de fazer (restabelecer o fornecimento de energia). Pedido genérico de indenização.
- FERNANDO RODRIGUES MARTINS 345

V. PARECERES

1. Dec. 6.523/2008: intervenção do Estado e qualidade do atendimento ao consumidor
- MÁRCIO SCHUSTERSCHITZ DA SILVA ARAÚJO 366

VI. LEGISLAÇÃO

1. Directiva 2008/122/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14.01.2009 – sobre a protecção do consumidor relativamente a determinados aspectos dos contratos de utilização periódica de bens, de aquisição de produtos de férias de longa duração, de revenda e de troca 379